



DECO

Associação Portuguesa para
a Defesa do Consumidor

Relatório de Atividades & Contas

2021

DECO

Um olhar posto
no futuro,
sempre consigo



Índice

Relatório de Atividades	4
1. Mensagem do Presidente	5
2. O Ano em Destaque	6
3. Voz do Consumidor	8
4. Conquistas	13
5. Sempre Consigo na Informação	15
6. Sempre Consigo na Educação e Formação	29
7. Sempre Consigo na Representação	41
8. Sempre Consigo nas Regiões	56
Relatório de Contas	60
Demonstrações Financeiras	65
Parecer do Conselho Fiscal	67
Certificação Legal de Contas	70



I. Relatório de Atividades



Descubra a mensagem do
Presidente da Direção,
Luís Silveira Rodrigues



1. Mensagem do Presidente

2021 foi um ano de mais um final de mandato da Direção da DECO. Foi um mandato muito marcado pela pandemia do Covid-19 e pela necessidade de reorganizar a associação de forma a responder não só as necessidades e alterações provocadas pela pandemia, mas também às profundas transformações que resultam das transições digital e ecológica e que se traduzem na eclosão de negócios disruptivos, na crescente concorrência em áreas tradicionais da nossa intervenção e numa significativa mudança dos interesses e das necessidades dos consumidores.

O ano que passou ainda se caracterizou pelas restrições resultantes da pandemia, nomeadamente, no que diz respeito a deslocações, atendimento pessoal, organização de eventos presenciais. Foi também um ano em que se consolidaram a estratégia do trabalho híbrido, a organização de reuniões e eventos em formato digital com um maior e melhor aproveitamento do potencial das plataformas digitais e a reorganização da estrutura profissional da DECO.

Apesar das restrições, a DECO, através das suas várias atividades, esteve sempre com os consumidores. Esteve com os consumidores na Informação, na Representação, na Formação e na Educação e, também nas Regiões onde, inclusivamente, aumentou a sua presença a nível local com a celebração de novos protocolos. Hoje são cerca de 70 os pontos de apoio ao consumidor da DECO espalhados pelo território nacional.

Respondemos aos novos desafios com novas iniciativas e com novos instrumentos. Em 2021 a associação reforçou a sua presença no ambiente digital quer através do site quer através das redes sociais. Em julho de 2021 abriu uma linha de WhatsApp para responder aos pedidos dos consumidores, em seis meses, foram respondidos quase 2.000 pedidos de informação. Reforçou igualmente o trabalho ao nível do consumo sustentável com várias iniciativas quer para as escolas quer para os consumidores em geral e o trabalho desenvolvido pelos Gabinete de

Aconselhamento de Energia através do qual apoiou mais de 1.000 consumidores. Para além destas iniciativas os vários Departamentos da DECO continuaram a desenvolver o extraordinário trabalho que realizam nas suas várias vertentes. Estas atividades permitiram que os consumidores que beneficiaram do apoio da DECO poupassem, em 2021, cerca de dois milhões de euros! Merece também um realce especial o excelente trabalho desenvolvido junto dos jovens seja através das escolas seja através dos DECO Changers.

Temos consciência de que o mundo é cada vez mais global e que apesar da pandemia e, mais recentemente da guerra na Ucrânia, a resolução dos problemas dos consumidores passa cada vez mais pela conjugação de esforços das organizações de consumidores a nível europeu e mundial. Por isso, a nível internacional a DECO reforçou o seu papel no BEUC e na Consumers International e manteve a sua colaboração com a Euroconsumers, com a Consumare e o apoio à TANE Consumidor. Manteve igualmente as suas representações no Comité Económico e Social Europeu, no Consumer Protection Advisory Group e nos vários grupos de trabalho que funcionam junto da União Europeia.

O relatório de atividades agora apresentado espelha bem a amplitude do trabalho realizado pela DECO em 2021 e a excelência da equipa de profissionais que, no dia a dia, asseguram que a associação cumpre a sua missão de estar onde os consumidores dela precisam.

O Presidente da Direção

Luis Silveira Rodrigues

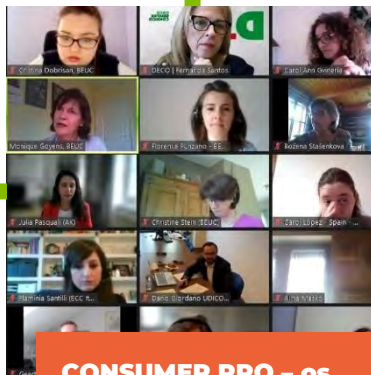
2. O ano em destaque

No ano de 2021, a DECO desenvolveu as várias iniciativas que estavam delineadas no seu plano de atividades, bem como continuou o seu trabalho de análise e reação aos temas da atualidade que preocupavam os consumidores portugueses durante o segundo ano da pandemia Covid-19.

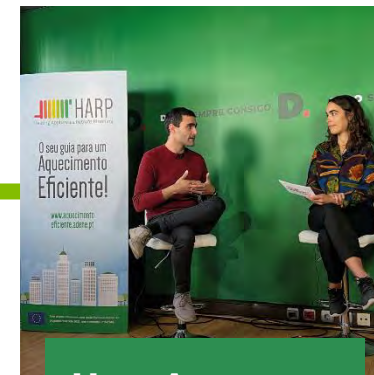




Campanha "Tem dificuldades em pagar as contas?"



CONSUMER PRO – os Consumidores e a Sustentabilidade



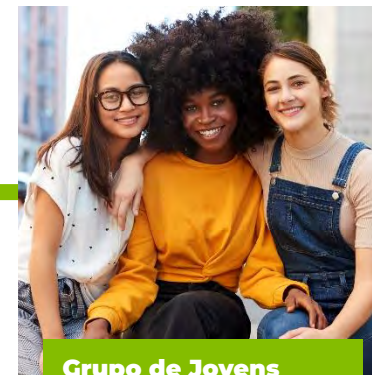
Lives: Aquecer sem empobrecer



Protocolo com os Serviços Sociais da PSP



DECO torna-se um conciliador do SISPACE



Grupo de Jovens DECOCHANGERS

3. A Voz do Consumidor

318 000

Os associados, a nossa razão de ser.

Atualmente, a Associação conta com **318 800 associados**. A DECO é uma associação privada de utilidade pública sem fins lucrativos que tem a sua sede em Lisboa e está representada em todo o território nacional por 7 estruturas regionais: Minho, Norte, Centro, Ribatejo e Oeste, Alentejo, Algarve e Madeira. A DECO foi fundada em 1974, sendo a principal referência em Portugal na defesa dos direitos dos consumidores.

A DECO desenvolve as suas atividades em prol dos seus associados, garantindo-lhes o acesso direto e sem custos a diversos serviços, podendo, aqueles ainda beneficiar de inúmeras e diversas vantagens. Para o efeito, os associados podem obter informação e apoio jurídico sobre questões relacionadas com o consumo, bem como o aconselhamento em situações de proteção financeira e especial vulnerabilidade económica ou de sobre-endividamento.

Tendo em conta que a Associação tem o estatuto de utilidade pública, todos os consumidores, ainda que não associados, podem recorrer aos mesmos serviços, cumprindo assim a sua missão para toda a comunidade.



A nossa Missão

A missão da DECO é defender os direitos e os legítimos interesses dos consumidores, garantir o respeito pelo cumprimento dos mesmos e contribuir para a resolução dos seus problemas enquanto consumidores. Somos a voz dos consumidores! Trabalhamos diariamente para garantir que os consumidores têm acesso à informação adequada para tomarem decisões livres e conscientes, para poderem adquirir bens e serviços de qualidade que não coloquem em risco a sua saúde e segurança e para terem acesso a uma justiça célere, eficaz e acessível.



A Nossa Visão

Defender e empoderar os consumidores na transição para uma economia circular e digital, na valorização do ambiente e na promoção de uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável.



O nosso propósito

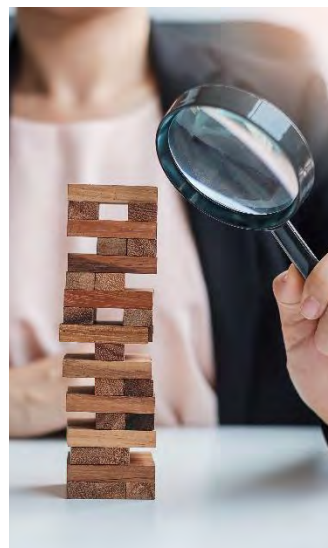
Apoiar e acompanhar todos os consumidores, estando atentos aos assuntos, modelos e práticas que colocam os seus direitos em causa.



Independência

Face aos poderes políticos e económicos.

Para tal, as nossas ações e posições públicas assentam integralmente em análises e estudos rigorosos, realizados por nós ou por entidades externas idóneas. A nível financeiro, a totalidade das receitas que obtemos é utilizada em benefício de todos os consumidores, associados ou não, e na ampliação dos nossos serviços e capacidade de resposta.



Rigor & Qualidade

Nas nossas ações e intervenções. A credibilidade do nosso trabalho depende do nosso rigor e qualidade e só assim garantimos a confiança dos parceiros e de todos os envolvidos.

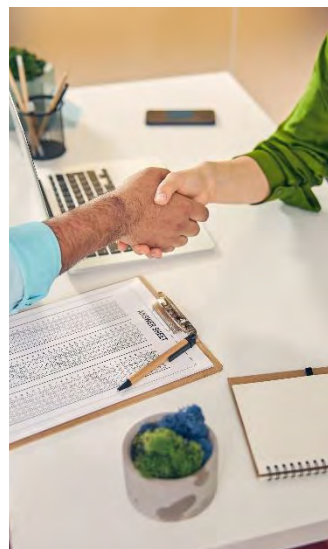
Só assim manteremos a credibilidade do nosso trabalho, mereceremos a confiança dos parceiros com que trabalhamos e continuaremos a ver o nosso trabalho amplamente reconhecido. Assumimos uma ética de exigência, transparência e abertura.



Proximidade

A nossa intervenção é orientada para responder às necessidades, preocupações e expectativas de todos os cidadãos. Para lhes podermos dar respostas adequadas e eficazes, procuraremos interagir com todos os nossos interlocutores de forma direta, dinâmica e assertiva.

É assim com os consumidores, foco do nosso trabalho. Estamos onde eles necessitam de nós e trabalhamos para que tenham um apoio e um atendimento personalizados. É assim, também, com os media, com o poder político e com as organizações públicas e privadas.



Cooperação

Com todas as entidades públicas e privadas, designadamente com a Administração Pública e o Governo, Entidades Reguladoras nacionais e estrangeiras, bem como com instituições internacionais Para além da cooperação com estas entidades, a DECO promove o diálogo com as empresas ou associações de empresas dos setores regulados.

Contexto Internacional

No contexto europeu, a DECO integra o BEUC, tendo assumido em 2021 a sua Vice-Presidência, o que tem sido crucial no reconhecimento do trabalho da DECO, a nível europeu. A DECO participa, também, em diversas reuniões de peritos e em diferentes fóruns, sobre temas prementes na política europeia dos consumidores, designadamente, os direitos dos consumidores, a sustentabilidade, segurança alimentar, mobilidade e energia.

A DECO integra ainda a Consumers International a EUROCONSUMERS e a CONSUMARE.



Estrutura Orgânica

Órgãos sociais

A DECO tem como órgãos sociais a Assembleia Geral, a Direção Nacional e o Conselho Fiscal.

A Assembleia Geral, órgão soberano da Associação, é constituída por todos os associados admitidos há mais de um ano e no pleno gozo dos seus direitos sociais. É da sua competência a eleição dos titulares dos órgãos sociais da Associação, em reunião especialmente convocada para esse fim.

A Direção Nacional é o órgão nacional que define a estratégia da Associação e orienta todas as atividades que lhe são delegadas pela Assembleia Geral, reunindo com uma periodicidade mensal. Cabe à Direção Nacional eleger a Comissão Executiva, órgão que tem como função assegurar a gestão corrente da Associação e deliberar sobre matérias delegadas por aquela.

O Conselho Fiscal é o órgão que tem como função fiscalizar as contas e a atividade financeira da Associação, sendo também eleito pela Assembleia Geral.

Eleições de corpos sociais

Em 2021, realizaram-se as eleições das Delegações do Centro e Algarve para o triénio 2022-2024.

As nossas estruturas regionais

As delegações e estruturas regionais existentes visam dar maior proximidade entre os consumidores e os serviços da DECO, assegurando a informação, educação, formação e representação daqueles a nível regional.

Estas estruturas informam e apoiam os consumidores das suas regiões, estimulando a mobilização das populações, potenciando o diálogo e a colaboração com os agentes locais, promovendo a cooperação com os meios de comunicação social e regional e desenvolvendo iniciativas que permitam a identificação e a avaliação de questões regionais de consumo.

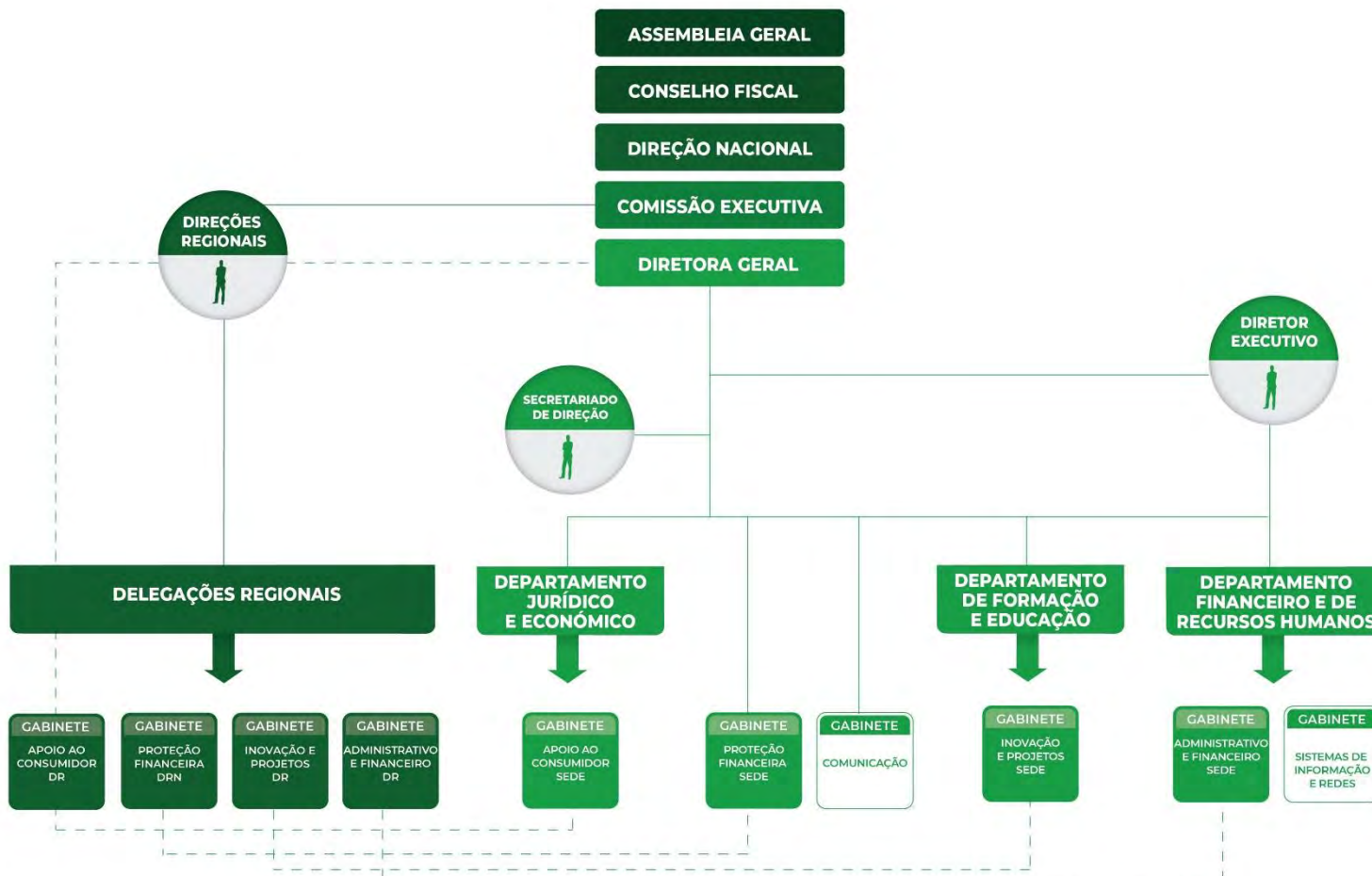
Até ao ano de 2021, a DECO tem **62 protocolos** de colaboração com autarquias, municípios, fundações e programas de ação social, na ótica da proximidade para com aqueles que nos procuram. Combinados com a Sede e Estruturas Regionais, podemos afirmar que são 70 pontos de contactos permanente com os consumidores.



70 PONTOS DE CONTACTO PERMANENTE COM O CONSUMIDOR

Organigrama da DECO

A DECO é composta por uma equipa dinâmica, com **75 trabalhadores**, entre os quais **61 são mulheres e 14 são homens**, que compõem uma equipa altamente qualificada de especialistas que está organizada na seguinte estrutura hierárquica:





Colaboradores da DECO 2021

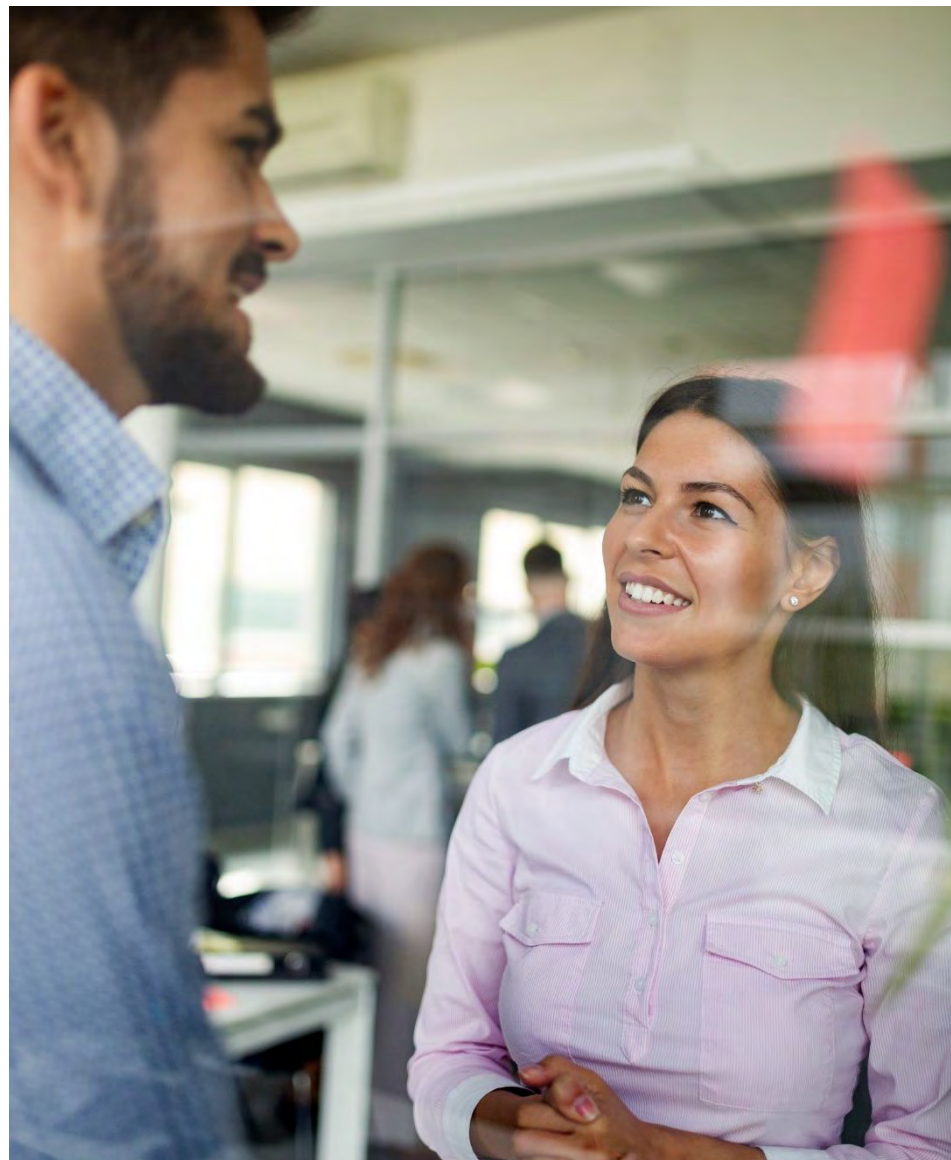
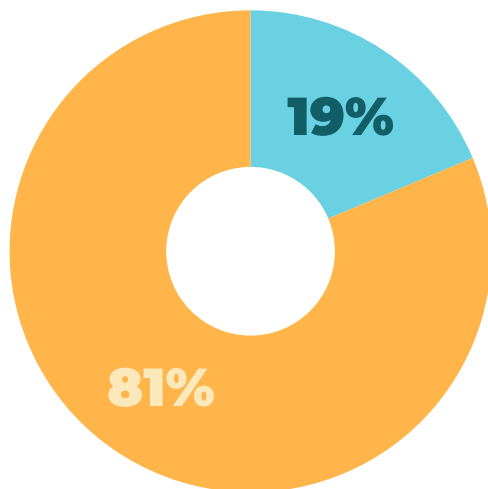


81% MULHERES



19% HOMENS

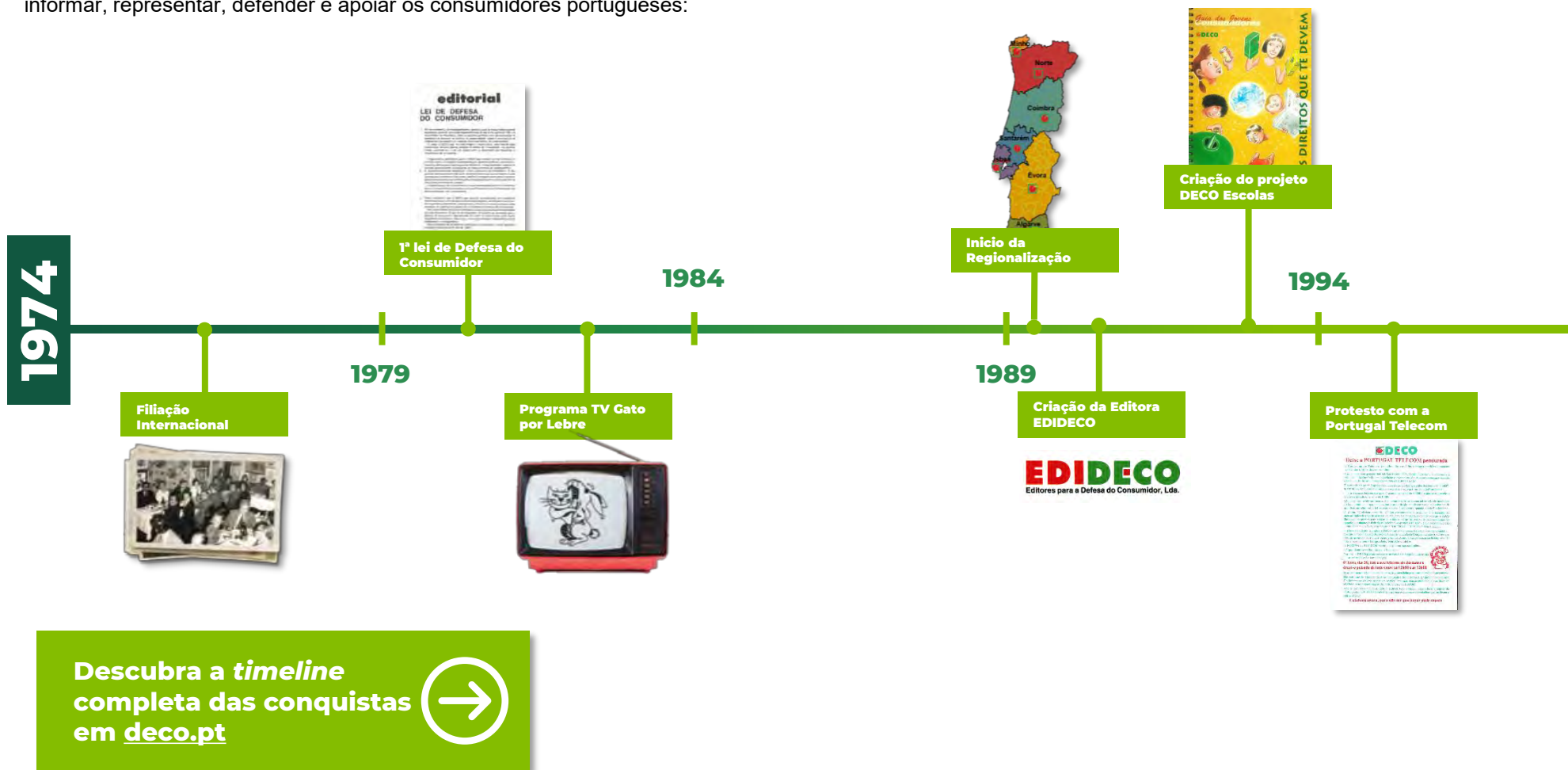
- HOMENS
- MULHERES



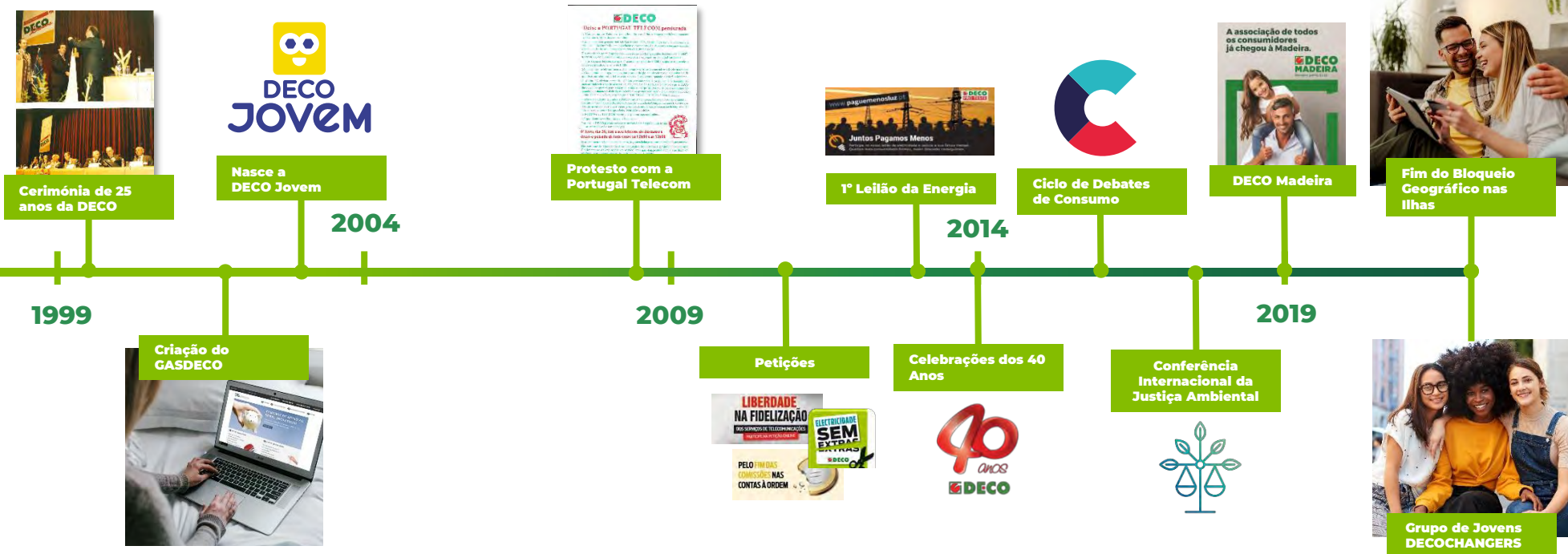
4. Conquistas

Mais um ano de conquistas

Já são 48 anos de iniciativas, atividades, momentos e ações pensadas para informar, representar, defender e apoiar os consumidores portugueses:



2021



5. Sempre Consigo na Informação

Informação Editorial

A tiragem das publicações DECO Proteste em 2021 foi a seguinte:



Tiragem
270 000



Tiragem
293 000

Tiragem
313 000



Tiragem
20 000



5. Sempre Consigo na Informação

Informação nos Meios de Comunicação Social

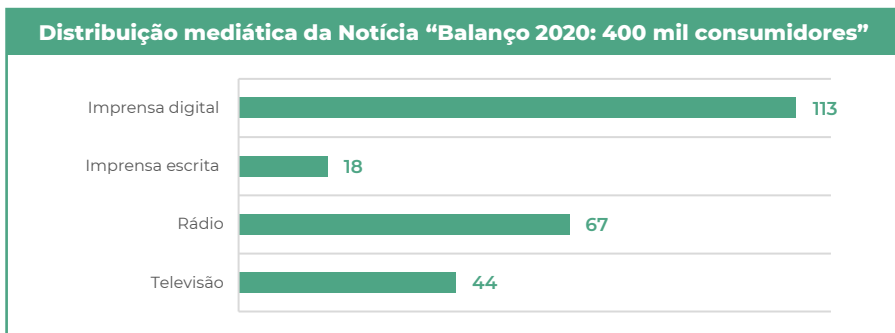
Resultados Mediáticos

O ano em análise foi, tal como 2020, muito marcado pela pandemia da doença covid-19. As intervenções mediáticas centraram-se, na sua maioria, no tema das dificuldades financeiras das famílias portuguesas. Neste grande tema, destacamos como comunicações principais, não só pelo elevado número de recortes atingido, mas sobretudo pela qualidade e inovação (ex. dossiê vídeo do GPF) as relativas às moratórias dos créditos, o regime extraordinário dos serviços públicos essenciais (SPE) + o aumento da fatura da energia e ainda as viagens (cancelamento, reagendamento e reembolso).

Temas mais mediáticos

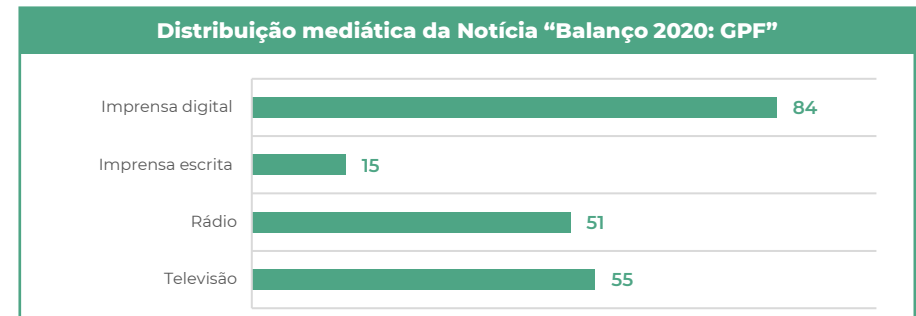
Balanço 2020: Cerca de 400 mil consumidores procuraram os serviços da DECO

Comunicação divulgada através de comunicado de imprensa com embargo. Conteúdo retratava os setores e reclamações apresentados pelos consumidores em ano de pandemia. Recolheram-se **242 notícias**:



Balanço 2020: GPF apoiou as famílias portuguesas em tempos de pandemia

A comunicação foi divulgada através de exclusivo partilhado com LUSA + LUSA Rádio, grupo GLOBAL MEDIA (DINHEIRO VIVO + DN + JN) e Rádio Renascença. Recolheram-se **205 notícias**:



Destaques

Os efeitos da pandemia na saúde financeira dos consumidores foram dramáticos. As comunicações sobre a questão mereceram especial atenção dos meios.

Fim das moratórias

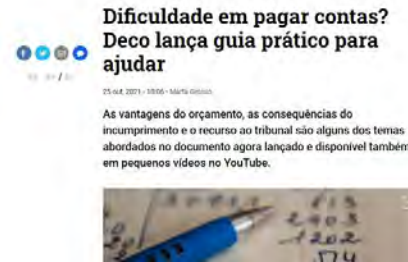
Respondendo à atualidade, a DECO, através do seu Gabinete de Proteção Financeira (GPF), prestou centenas de declarações à imprensa que resultaram numa cobertura mediática de **188 notícias**.



5. Sempre Consigo na Informação

Campanha “Tem dificuldade em pagar as contas?”

A propósito do mês da poupança (outubro), foi publicado um dossiê sobre as dificuldades financeiras das famílias, incluindo 3 vídeos e um guia digital. A comunicação externa desta campanha resultou em **151 notícias**.



Faturas de energia aumentam tempo de pandemia

No primeiro trimestre de 2021 os pedidos de ajuda recebidos na DECO sobre a faturação de energia aumentaram 61%, face ao mesmo período de 2020. Era urgente informar os consumidores, promovendo o apoio do Gabinete de Aconselhamento de Energia. Foram recolhidas **144 notícias**.

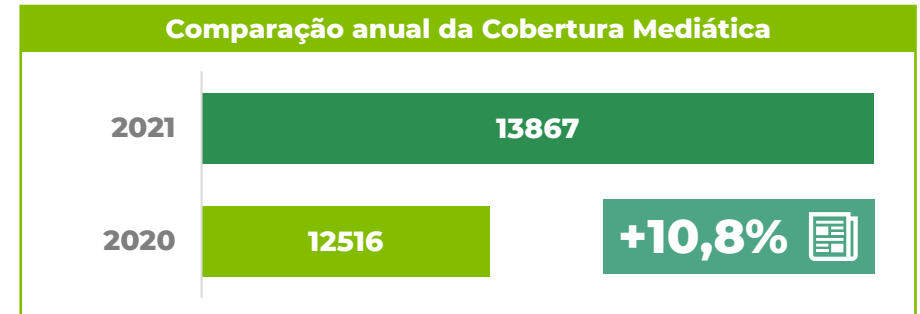


Agenda do Consumidor 21-25 para as Autárquicas

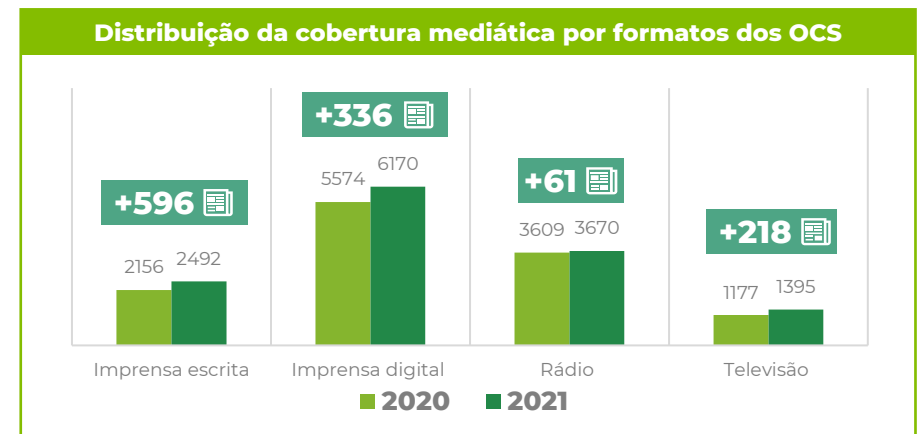
Tradicionalmente, a divulgação dos cadernos reivindicativos não é bem acolhida pelos meios. Este ano experimentou-se uma estratégia diferente. Preparou-se um texto muito conciso, centrado em 4 prioridades, e partilhou-se a assessoria de imprensa e as declarações com a DECO Norte. A cobertura mediática ultrapassou largamente essa tradição: **112 notícias**.

Resultado global

A cobertura mediática de 2021 foi de **13 867 recortes de imprensa** (valor conjunto DECO Proteste), o que se traduz num crescimento de **10,79%** resultados mediáticos face ao ano transato.



Comparando os totais parciais, verificou-se uma subida em todos os tipos de meio de comunicação social, destacando-se o aumento de intervenções nas imprensas digital e escrita: 596 e 336 respetivamente.

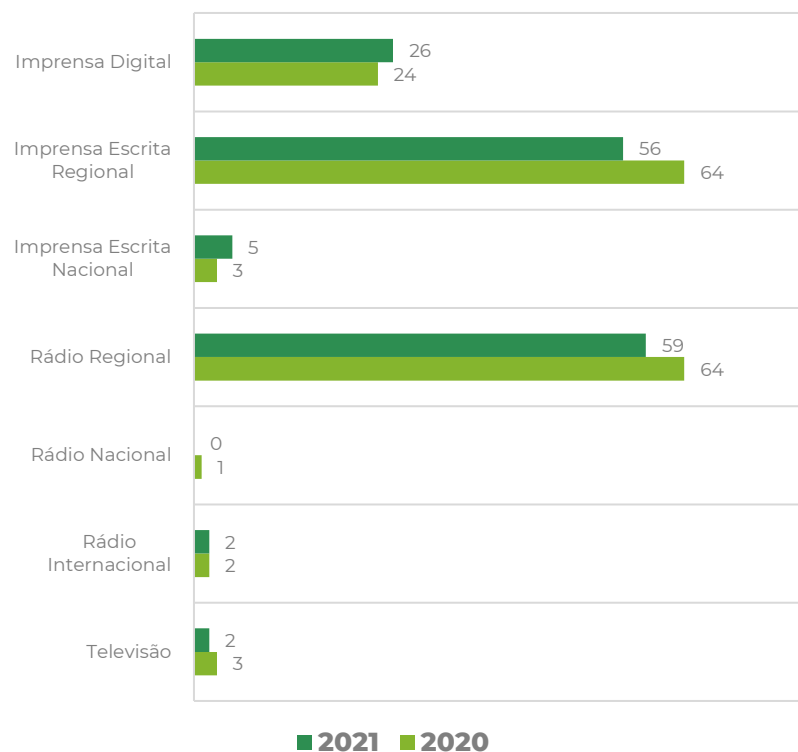


5. Sempre Consigo na Informação

Parcerias Mediáticas

Em 2021, o número de colaborações regulares diminuiu ligeiramente, fruto do encerramento de alguns meios de comunicação regional e local, nomeadamente jornais impressos e rádios. Assim, a DECO neste ano assegurou **150 parcerias**, o que se traduz numa quebra de 6,83%.

Distribuição do N.º de Parcerias por Formatos dos OCS



5. Sempre Consigo na Informação

Informação no meio digital

www.deco.pt

Para a prossecução da sua missão, a DECO marcou a divulgação das suas iniciativas, posições, comunicados e artigos no seu sítio oficial web. Em 2021, o destino deco.pt angariou **60 583 visitas** de **49 253 utilizadores**. A página mais vista é sem dúvida a homepage, seguida da página dos serviços da DECO (deco.pt/sempre-consigo) que organiza os formatos e serviços de apoio ao consumidor.

www.gasdeco.net

O Portal GAS DECO continua a ser o principal meio de divulgação de atividades e de notícias sobre o consumidor economicamente desprotegido, fortemente relevante. No ano de 2021 registaram-se **115 750 visitas** por um conjunto de **93 921 utilizadores**.

Em termos de acessos às páginas, o primeiro conteúdo mais acedido pelos consumidores é o artigo de literacia financeira sobre a prescrição de dívidas às Finanças, seguida naturalmente da homepage, porta de entrada no portal e em terceiro lugar, mais um artigo de literacia financeira sobre as dívidas na Segurança Social.

www.decoforma.pt

Já no que diz respeito ao sítio oficial web do programa de formação da DECO, o ano de 2021 foi um ano de progressão. O site www.decoforma.pt registou um total de **12 598 visitas** de **5 528 utilizadores**.

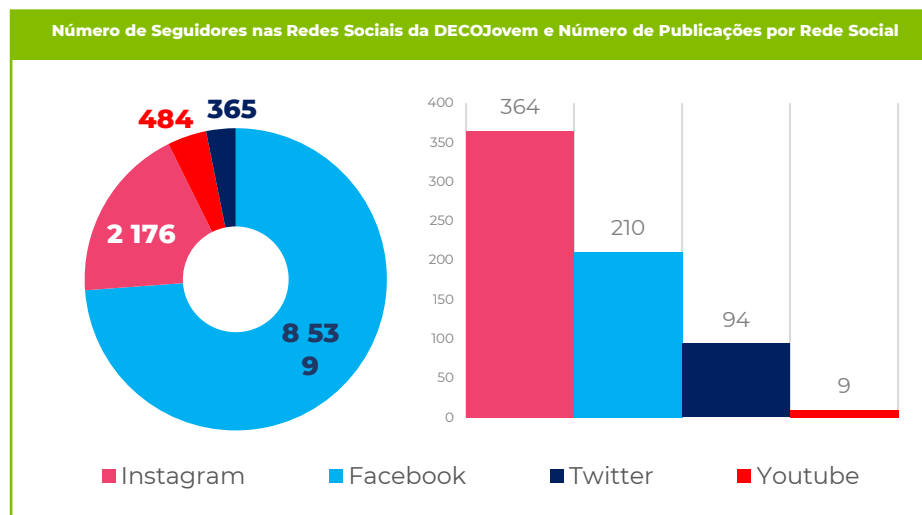
Naturalmente, a página com mais visitas é a página inicial de entrada no

site. Não obstante e na mesma linha dos projetos de formação organizados para parceiros, as páginas mais visitadas acabam por ser as páginas de sites criadas para a divulgação e angariação ativa de formandos interessados.

www.decojovem.pt

Para divulgação das atividades, campanhas e iniciativa junto da comunidade educativa, o site DECOJovem continua a ser o meio de comunicação mais utilizado. O site recebeu **70 105 visitas** de **32 405 utilizadores** e contou com **99 717 visualizações de página**.

Os projetos e as atividades também foram divulgados nas redes sociais da DECOJovem, com **677 publicações** no Facebook, Instagram Twitter e Youtube.

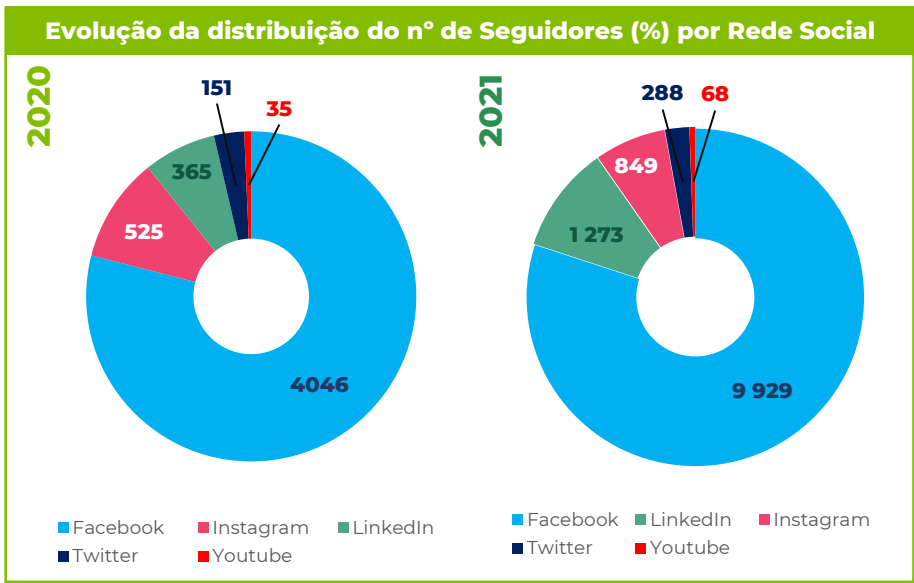


5. Sempre Consigo na Informação

A DECO nas Redes Sociais

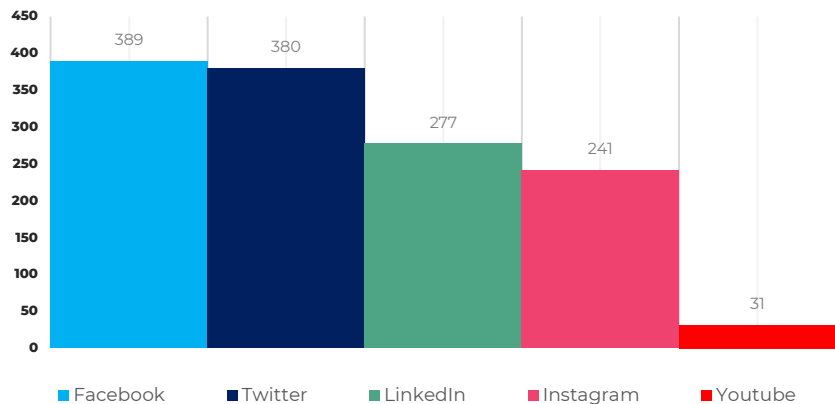
No ano de 2021, a DECO continuou a sua estratégia de proximidade com os consumidores no digital. Esse ano foi marcado por um trabalho de continuação com a publicação de conteúdos informativos que alimentam diariamente os canais oficiais bem como o lançamento das várias campanhas assinaladas no Plano de Atividades da Associação, no mesmo ano.

No sentido de fazer crescer a comunidade digital de seguidores da DECO foi desenvolvida uma estratégia criativa de captação de seguidores e consumidores interessados com a criação de campanhas publicitárias em Facebook Ads e Google Ads que conseguiram alcançar **um total de 1 350 000 pessoas**.

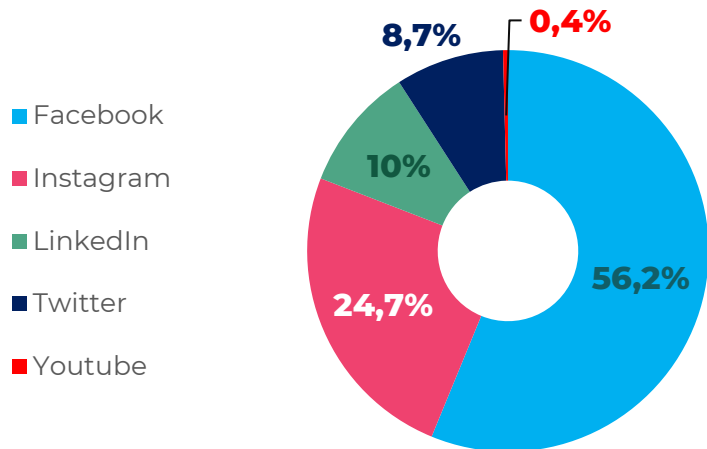


Durante o ano de 2021, os canais de comunicação digital da DECO registaram um aumento significativo face ao ano anterior, tendência que vai permanecer no ano de 2022. Em termos de conteúdos, verificou-se um total de **1 318 publicações** em todas as redes sociais da Associação, que resulta numa média de **25 publicações por semana**. No que toca às interações, a rede social onde ocorre mais interação com as audiências é o Facebook, seguida do Instagram e o Twitter.

Distribuição do nº de publicações por Rede Social



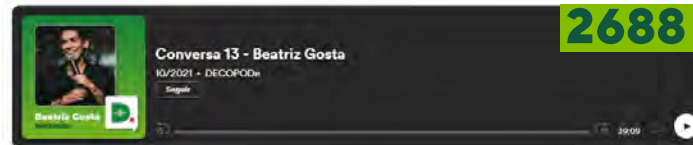
Distribuição do nº de interações (%) por Rede Social



DECOPODe

Em 2021, a DECO continuou a preparar e desenvolver DECOPODe, um podcast de histórias, emoções, percursos e de reflexões em torno do Consumo. O DECOPODe centra-se em conversas com diferentes convidados que partilham a sua visão sobre os desafios atuais da sociedade de consumo, enquanto consumidores e cidadãos. Tendo início em março de 2021, foram gravados e partilhados **18 episódios** até ao final do ano, atingindo cerca de **2 688 ouvintes**.

Em cada episódio falamos com um convidado, explorando a sua visão, o seu percurso e alguns temas de consumo. Ao mesmo tempo, estas conversas são um exercício de cidadania, geradoras de mudança, com o objetivo de colocar questões: Qual o poder dos consumidores? E como pode a DECO intervir e sensibilizar?



DECOPODe:
18 episódios
2688 ouvintes

5. Sempre Consigo na Informação

Informação ao consumidor

A DECO presta informação jurídica presencial, telefónica, escrita e através de meios telemáticos sobre as questões relativas aos direitos dos consumidores, em diferentes áreas, encontrando-se a mesma disponível na sua sede em Lisboa e nas sete estruturas regionais.

Através do formulário no site a DECO recebeu o contacto de **1 884 consumidores**, solicitando informação sobre os seus direitos, denunciando situações lesivas dos seus legítimos interesses e requerendo a intervenção da DECO para a resolução do seu conflito de consumo.

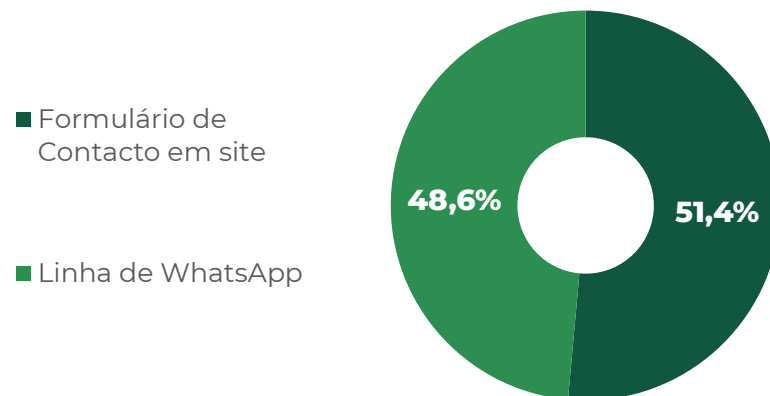
Em julho de 2021 a DECO criou uma linha WhatsApp (+351 966 449 110) que visa responder rápida e eficazmente aos consumidores sobre diversas questões de consumo que se colocam no quotidiano, e que os mesmos pretendem ver esclarecidas de forma simples e direta. Na linha WhatsApp, em cerca de seis meses, foram prestadas **1 778 informações**.

A DECO dispõe ainda de um serviço de informação escrita, telefónica acessível a todos os associados, através do qual presta informação jurídica e técnica sobre todas as questões abordadas nas publicações da sua editora DECO PROTESTE.

O Serviço de Informações dispõe de atendimento personalizado, telefónico e escrito, especializado em diversas temáticas, como direito do consumo, dúvidas sobre créditos, dúvidas sobre condomínio, dúvidas sobre testes e produtos, linha saúde com direitos, investimentos e todas as temáticas abordadas nas publicações – Proteste, Dinheiro & Direitos, Teste Saúde e Proteste Investe, bem como nos diversos guias publicados.



Distribuição do N° de Contactos (%) nos novos formatos de atendimento ao consumidor



5. Sempre Consigo na Informação

A informação ao consumidor

A DECO presta também informação individualizada, aconselhamento em situações de sobre-endividamento e de orientação económica, de forma acessível, sigilosa e direcionada a todos.

O pedido de informação do consumidor pode chegar ao GPF no atendimento pessoal ou através de consultas realizadas em Zoom ou Skype, na sede e delegações), no atendimento telefónico (centralizado na sede e delegação norte) ou por e-mail, carta ou através do portal do GAS/GPF - www.gasdeco.net - e é imediatamente dada resposta ao consumidor no próprio dia, podendo ser recolhida informação para acompanhamento e aconselhamento posterior.

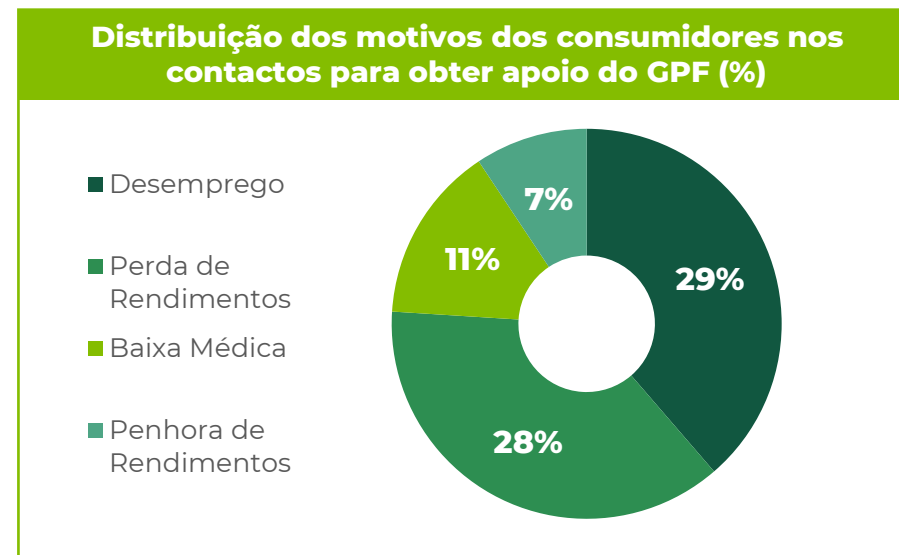


Desde o início da pandemia que se tem vindo a reforçar a informação em matéria de apoios existentes para as famílias economicamente vulneráveis. Com o agravar ou mesmo com a rutura da situação financeira das famílias provocada pela pandemia, foram muitas as que necessitaram de informação para colmatar necessidades básicas e sobre o acesso à resposta social existente (disponibilização de diversos bens como alimentos, vestuário, têxteis para a casa, brinquedos, mobiliário, entre outros).

Atento o agravamento da situação financeira de muitas famílias, e atendendo ao peso que o valor da renda tem nos seus orçamentos familiares e estar causa a habitação das famílias, reforçamos a informação no que concerne aos apoios que foram criados, nomeadamente os empréstimos nos âmbitos de medidas de apoio extraordinário covid19.

Em 2021, recebeu **30 000 pedidos de famílias**, a quem prestou informação/aconselhamento financeiro.

As principais causas das dificuldades financeiras identificadas pelas famílias que nos pedem ajuda são as seguintes:



As famílias, em regra, pretendem saber como podem renegociar as suas responsabilidades de crédito (52%) com o objetivo de tentar reequilibrar o seu orçamento familiar.

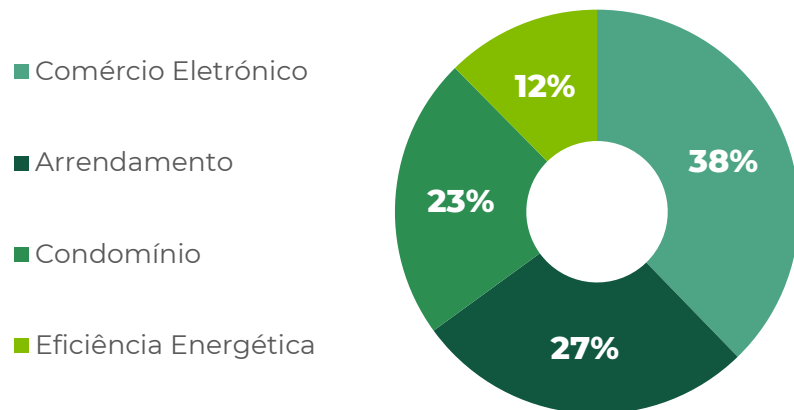
5. Sempre Consigo na Informação

Gabinete de Aconselhamento de Energia (GAE)

Através do recente Gabinete de Aconselhamento de Energia, criado no âmbito do Projeto Soluções para Combater a Pobreza Energética (STEP), financiado pelo programa Horizonte 2020 da União Europeia (UE), e que tem como objetivo desenvolver soluções para ajudar os consumidores a mitigar a pobreza energética, a DECO, através dos seus Conselheiros de Energia, **apoiou 1 029 consumidores**.

Este apoio foi prestado a consumidores em situação de pobreza energética, nomeadamente acerca de faturas elevadas e dificuldades em cumprir esses pagamentos, dúvidas relacionadas com contratos e tarifários, hábitos de consumo que visam melhorar a eficiência energética das suas casas e melhorar o conforto térmico das mesmas, bem como diversos mecanismos de apoio aos consumidores.

Distribuição dos motivos que levam os consumidores a procurar apoio do GAE (%)



Destes mecanismos, destacam-se o Programa Vale Eficiência e o Programa Edifícios Mais Sustentáveis, ambos geridos pelo Fundo Ambiental, sobre os quais a DECO prestou aconselhamento personalizado e detalhado aos consumidores sobre requisitos e formalidades para a apresentarem as suas candidaturas.



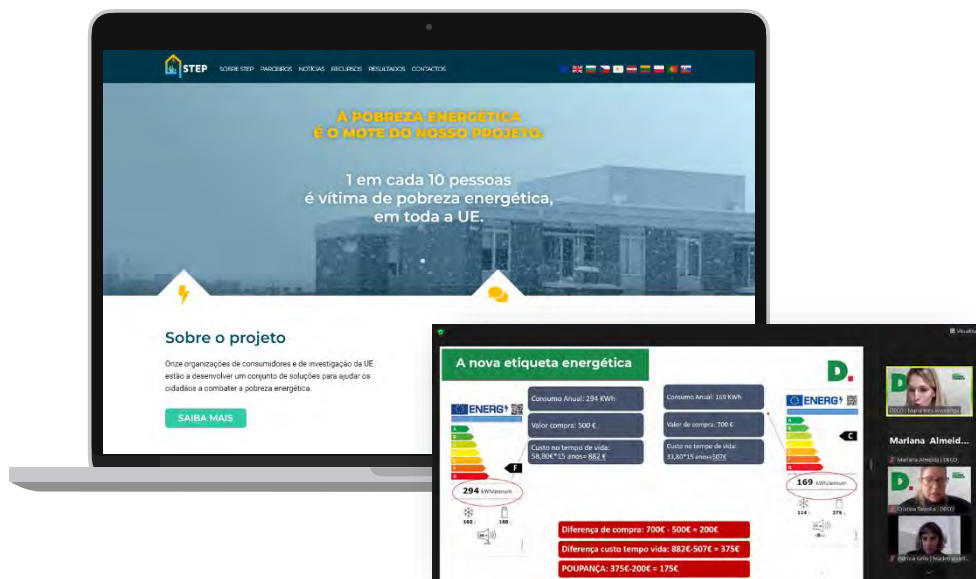
5. Sempre Consigo na Informação

Os projetos para o consumidor

Projeto Europeu STEP

O projeto STEP (Solutions to Tackle Energy Poverty), financiado pelo Horizonte2020, focado na informação, formação e representação dos consumidores, permitiu criar o Gabinete de Aconselhamento de Energia, conhecer o nível de pobreza energética dos consumidores portugueses; identificar os problemas associados a este conceito, e promover parcerias com organizações de cariz social e Municípios que assumem um papel fundamental no combate a este flagelo mundial, cuja tendência, lamentavelmente, é agravar-se.

Apesar de este ter sido um ano ainda marcado pela pandemia provocada pela COVID-19, com as consequentes limitações daí decorrentes, ainda assim a DECO alcançou mais de **1 000 consumidores**.



Em todo o país foram realizados **37 workshops**, “Passar Frio Não é Normal” e “Consumir Energia com Eficiência” que contaram com a participação de 602 consumidores vulneráveis. Para esse efeito, a DECO contactou a rede de parceiros da área da ação social dos Municípios bem como várias organizações de cariz social como a Caritas, a Rede Europeia Anti-Pobreza, a Associação de Famílias Numerosas, a REFOOD entre outros.

De forma a reforçar o trabalho em rede e a mitigar os efeitos decorrentes da pobreza energética em Portugal, a DECO promoveu várias ações de formação para Conselheiros de Energia que envolveu **144 técnicos** de diferentes organizações, conselheiros de energia ao abrigo do STEP. Esta atividade também responde aos objetivos consagrados na Proposta da Estratégia Nacional de Longo Prazo para Combate à Pobreza Energética em Portugal.

As atividades desenvolvidas no âmbito do projeto tiveram por base um forte e reforçado trabalho de proximidade junto das instituições e organizações que lidam de perto com consumidores vulneráveis. Ao todo, em 2021 e ao abrigo do STEP **promovemos 16 reuniões**.

O projeto STEP alavancou a necessidade de promoção de um lobby mais forte em matérias relacionadas com a pobreza energética, pelo que a este nível a DECO teve a oportunidade de emitir pareceres e várias cartas lobby dirigidas ao Governo no sentido de obtenção de respostas relacionadas com a aprovação da Estratégia Nacional a Longo Prazo de Combate à Pobreza Energética bem como com as limitações dos atuais mecanismos de apoio existentes.

Marcamos ainda presença em diversas conferências, onde integramos o projeto em várias abordagens como foi o caso do Diálogo entre *stakeholders* sobre o Pacote Legislativo “Fit for 55 – Energia para o Pacto Ecológico Europeu” (Comissão Europeia) e o Ciclo de Debates Impacto das Alterações Climáticas no Setor Energético (RELOP).

5. Sempre Consigo na Informação

Projeto Europeu ECO2 (ENERGY CONSCIOUS CONSUMERS)

A DECO desenvolveu a Plataforma de Aprendizagem sobre Eficiência Energética - ACT4ECO, no âmbito do Projeto ECO2-Energy Conscious Consumers, financiado pela União Europeia através do Horizonte 2020, com a participação de mais 8 estados-membros: Bélgica, Bulgária, Dinamarca, Finlândia, Grécia, Irlanda, Itália e Lituânia.

Através da plataforma ACT4ECO, os consumidores ficam a saber mais sobre eficiência energética e como podem reduzir e gerir melhor os seus consumos de energia com mudanças de comportamentos, pequenas intervenções e investimento em equipamentos.

A plataforma de aprendizagem é composta por 20 módulos em torno de cinco temas: (1) Torne-se um consumidor inteligente; (2) Melhore a eficiência energética da sua casa; (3) Mantenha o uso eficiente de energia; (4) Aprenda a gerir o seu consumo de energia; (5) Produza a sua própria energia.

O projeto, que se concluiu em 2021, chegou a **10 035 utilizadores desta plataforma e que realizaram 16 708 sessões**, e deste modo, Portugal contribuiu com **30% dos utilizadores** (3 011).



Projeto Europeu HARP

O HARP – Heating Appliances Retrofit Planning é um projeto que tem como objetivo motivar os consumidores para a substituição dos seus equipamentos de aquecimento antigos e ineficientes por alternativas mais eficientes, se possível, com recurso a energias renováveis.

No ano de 2021, foram preparados diversos materiais informativos e finalizada a ferramenta online <http://aquecimentoeficiente.adene.pt> para calcular a etiqueta energética dos sistemas de aquecimento instalados e identificar o sistema de substituição adequado. Em novembro arrancou uma campanha informativa junto dos consumidores, que se prolongará até maio de 2022.

Em estreita parceria com a ADENE, o trabalho desenvolvido em Portugal permitiu que os objetivos nacionais tenham sido superados ainda em 2021.

Para os consumidores, atingiram-se os seguintes indicadores: **834 693 consumidores alcançados (meta 58 863); 2 593 etiquetas energéticas calculadas na ferramenta (meta 1 736) e 2 218 consumidores que fizeram a simulação e/ou descarregaram o relatório (meta 417).**

Destacam-se nesta campanha uma nota de imprensa conjunta com a ADENE e um artigo inserido na revista Visão e um banner na newsletter, que obteve 163 252 de alcance.



5. Sempre Consigo na Informação

Projetos de Cooperação - Empoderar e Capacitar os Consumidores em Timor Leste

Este projeto tem como objetivo capacitar a primeira associação de defesa do consumidor – a TANE Konsumidor em Timor Leste – para a defesa dos direitos e interesses dos consumidores em Timor Leste, contando para isso com o financiamento do Programa EuropeAid da União Europeia.

O ano de 2021 foi um ano de consolidação do trabalho da TANE, apesar das dificuldades trazidas pela pandemia. Na verdade, assim como Portugal, Timor esteve em confinamento a maior parte do ano e impedido de realizar atividades presenciais, numa sociedade com fraca literacia em geral e em especial nas competências digitais e no acesso à internet.

No entanto, a TANE iniciou trabalhos de levantamento e comparação de preços, preparou cartas lobby e reivindicativas na área das telecomunicações, eletricidade e serviços bancários, redigiu vários artigos informativos e realizou sessões informativas nos municípios.

O grande desafio da TANE continua a ser sensibilizar os consumidores timorenses para a apresentação de reclamações sempre que está em causa a violação dos seus direitos enquanto consumidores. Ainda assim, durante o ano de 2021, a TANE recebeu 18 reclamações e 100 pedidos de informação.



Grandes Marcos da TANE Konsumidor

Temas Ações

Campanha Informativa do DMDC	Comemoração do Dia Mundial dos Direitos dos Consumidores (15 de março) com uma nota informativa sobre o direito à informação em tempos de pandemia.
Campanha Informativa	Campanha informativa "Reclamar é um Direito" para incentivar os consumidores a reclamar.
Serviço GAC	O CAC – Centro de Atendimento ao Consumidor esteve aberto via presencial, telefónica e digital todo o ano.
Carta Reivindicativa	Reivindicação da urgente introdução de medidas que acautelem a proteção dos consumidores no âmbito da qualidade técnica do serviço de eletricidade prestado pela ECTL – Eletricidade de Timor-Leste - e da própria relação contratual entre os consumidores e esta empresa.
Estudos	Realização estudos de preços, com um cabaz alimentar, durante os meses de abderil, agosto e dezembro.
Campanha Tane sai à Rua	"A TANE sai à rua" teve 2 edições: no mercado de Manleuana e no mercado Taibesi.
Energia	Revisão da Diretiva para as energias renováveis e eficiência energética.
Redes Sociais	Grande visibilidade na página de Facebook, com interação de 78.791 consumidores.
Relações com a Imprensa	Mais de 80 intervenções nos órgãos de comunicação social, entre entrevistas de rádio e televisão e recortes de imprensa papel e digital.

5. Sempre Consigo na Informação

Candidaturas de Projetos para 2022

Em 2021, a DECO candidatou-se aos seguintes projetos nacionais e internacionais para continuar a prossecução da sua missão:

EVA – Energy Virtual Assistance

Este projeto prevê a criação de uma plataforma digital de informação sobre energia e boas práticas de eficiência energética e os respetivos benefícios financeiros associados, com uma área de formação e literacia dos consumidores.

Submissão PPEC
Estado Aguarda aprovação



Sitestar.pt 9

Projeto que promove a literacia digital dos jovens e o desenvolvimento das suas competências para a criação de conteúdos digitais através da construção de sites com conteúdos originais em português e sob o domínio.pt assim como workshops nas escolas sobre temas digitais e uma conferência sobre segurança e privacidade.

Estado Aprovado e em Execução
Apoio.pt



EPAH Inova

A EPAH é uma plataforma central de experiência em pobreza energética na Europa para as autoridades locais e todas as partes interessadas em tomar medidas para combater a pobreza energética na Europa. A DECO está como perita para desenvolver ações de formação com os municípios interessados em desenvolver estes projetos.

Submissão H2020
Estado Aprovado



NET Viva e Segura 4

O projeto NET Viva e Segura teve como o objetivo incentivar os jovens com idade escolar a aceder à internet de forma segura, promovendo experiências online ativas mais esclarecidas e conscientes em respeito pela sua privacidade, através da realização de 8 workshops.

Estado Aprovado, executado
Parceira DECO Proteste e Google



6. Sempre Consigo na Educação

DECOJovem

A DECOJovem é o programa de educação do consumidor na escola, dirigido às escolas de todos os níveis de ensino e outras associações ou entidades que promovem a educação do jovem consumidor. No ano de 2021, a DECOJovem contou com a adesão de 12 novas escolas e agrupamentos na rede que no final do ano já reunia um total de **3 502 escolas (total de escolas em Portugal 5 868)**. **Registaram-se na DECOJovem 315 novos professores**, num total de 2 206 professores a colaborarem ativamente no projeto.

Prémio anual escola DECOJovem 20/21

Todos os anos, a DECO distingue uma escola DECOJovem pelo trabalho desenvolvido na promoção da educação do consumidor preparando os seus alunos para serem consumidores mais informados, responsáveis, ativos e sustentáveis.



No ano letivo 2020/2021, o Agrupamento de Escolas de Pevidém foi distinguido pelas iniciativas que desenvolveu com os alunos que, mesmo atravessando o país uma crise pandémica e com todas as mudanças e adaptações que esta trouxe à comunidade escolar, muito trabalharam com a Associação.

O agrupamento recebeu um voucher no valor de €500,00 euros para a compra de recursos e materiais educativos para o estabelecimento de ensino.

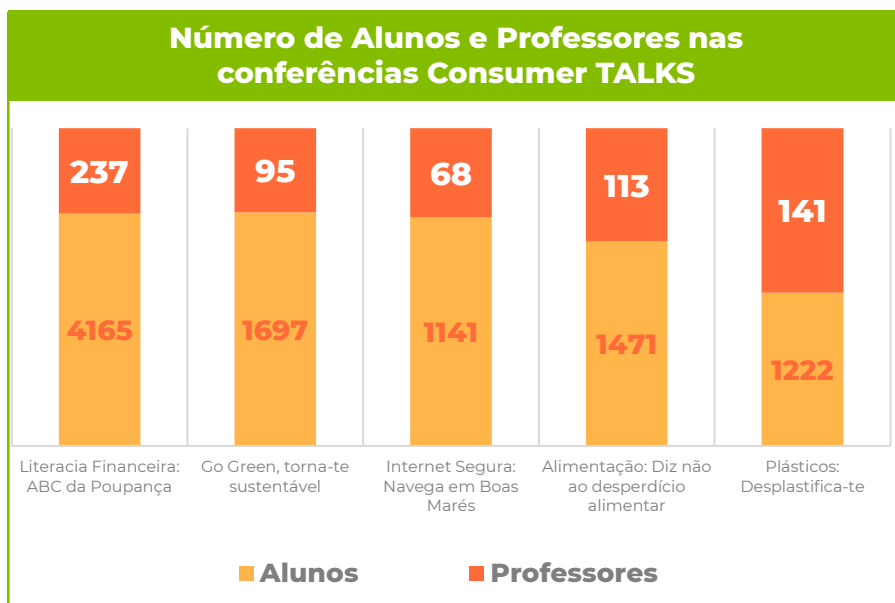
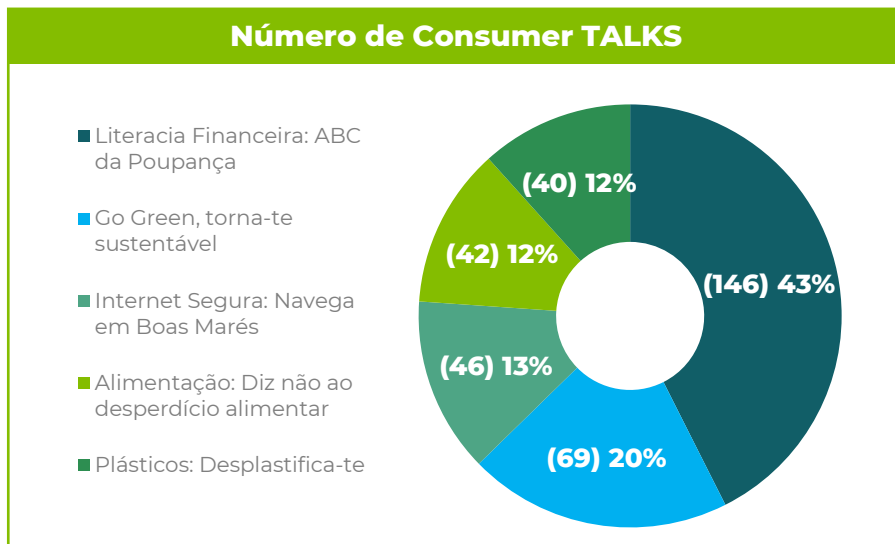
Consumer TALKS

Nas sessões informativas - Consumer TALKS abordaram-se e discutiram-se diversos temas da atualidade na área do consumo e com interesse para a comunidade educativa.

Esta é uma atividade com um forte impacto nas escolas do 1 CEB ao Ensino Secundário. Comparativamente com o ano anterior, 2021 teve um aumento bastante significativo de pedidos recebidos, com 386 sessões informativas envolvendo **12 177 alunos e 797 professores**.

A literacia financeira foi o tema mais solicitado e participado pelas escolas, tendo sido realizadas 146 *Consumer Talks: ABC da Poupança*, que envolveram mais de **4 000 alunos e 200 professores**. O tema da Sustentabilidade e do Desperdício Alimentar também esteve entre os mais solicitados assim como o tema da Literacia Digital.

6. Sempre Consigo na Educação



Consumers Go Green

O projeto Consumers Go Green desenvolveu um conjunto de atividades educativas para sensibilizar e informar os mais novos para a importância da sustentabilidade e a urgência de um consumo mais sustentável. Com esta iniciativa considerámos que se contribuiu para capacitar os alunos para escolhas ambientalmente mais conscientes de bens e serviços que tenham um menor impacto ambiental, que usem menos recursos e matérias-primas, que durem mais tempo e que gerem menos resíduos, na perspetiva de uma economia circular e de um futuro mais sustentável.

Ciclo de conferências sobre Sustentabilidade - CGG

Foi realizado um ciclo de conferências sobre a sustentabilidade composto por 8 temas: (1) Alimentação sustentável e desperdício alimentar, no dia 22 de abril; (2) *Greenwashing* compras verde ou talvez não? no dia 3 de maio; (3) Como a energia pode mudar o mundo, 28 de maio; (4) Mobilidade Sustentável: Mexe-te sem deixar rasto, 22 de setembro; (5) Produtos mais sustentáveis: + duráveis, reparáveis e recicláveis, 13 de outubro; (6) Resíduos: o melhor resíduo é o que não é produzido, 19 de outubro; (7) Economia circular: nada se perde tudo se transforma, 26 de outubro, e por último, (8) a Conferência Final Consumers Go Green, que aconteceu no dia 4 de novembro.

Participaram **69 escolas de Portugal Continental e Regiões Autónomas dos Açores e Madeira** e com a participação de **6 892 alunos**.

6. Sempre Consigo na Educação

Exposição “Consumo Mais Sustentável” - CGG

A exposição 10 Painéis “recicláveis” com informação e números sobre os impactes das suas escolhas de consumo num apelo à necessidade de mudar e fazer escolhas mais sustentáveis.



Esta exposição esteve em **9 escolas** em todo o país: Escola Básica D. Dinis, Leiria; Escola Básica e Secundária Soares Basto, Oliveira de Azeméis; Escola Básica e Secundária de Rio Tinto, Gondomar; Escola Básica António Correia Oliveira, Esposende; Escola Secundária de Peniche; Escola Secundária António Damásio, Lisboa; Escola Básica e Secundária São João de Deus, Montemor-o-Novo; Escola Básica Professor Sebastião José Pires Teixeira, Salir, Loulé, e por último, a Escola 2/3 Padre João Cabanita, Loulé

A exposição foi visitada por **6 000** alunos. A DECO desenvolveu ainda um site Consumers Go Green como suporte e comunicação do projeto e conteúdos para um consumo mais sustentável. O site contou com cerca de **2 500 visualizações de páginas**.

Iniciativa SITESTAR.PT8

A DECO e o .PT realizaram a 8ª edição SITESTAR.PT, atividade que promove a literacia digital dos jovens em contexto escolar, incentivando à criação de espaços e conteúdos digitais para a divulgação de projetos e atividades de relevo para a comunidade educativa ou comunidade em geral, em português e sob o domínio .pt durante o ano letivo de 2020/2021.

Novidade 2021 Workshops

Com o objetivo de prestar apoio às equipas participantes no desafio, todas as equipas foram convidadas a participar num ciclo de 3 workshops informativos e digitais com conteúdos sobre como construir sites atrativos, em respeito com os direitos de autor e tendo em conta a segurança online.

- Faz o teu site e liga-te à WWW;
- Faz o teu site, mas respeita os direitos de autor
- Faz o teu site, mas navega em segurança

Os Workshops contaram com **169 alunos e 27 professores**.

Novidade 2021 Vídeos Informativos

Produzimos e divulgamos **3 vídeos informativos** sobre como criar um site *user friendly* e atrativo, com respeito pelos direitos de autor e nunca esquecendo a segurança sempre que se está online. No total contámos com mais de **40 mil visualizações**

6. Sempre Consigo na Educação

Iniciativa SITESTAR.PT 8

Na primeira fase deste desafio contámos com **181 equipas inscritas**, e destas, 176 submeteram propostas de site, resultando no envolvimento de **543 alunos e de 41 professores**. Para a segunda fase, foram selecionadas 160 equipas para desenvolverem o seu site. No final foram criados pelos alunos, 123 sites originais em .PT. Nesta edição, registou-se um aumento bastante significativo, em cerca de 50%, do número de equipas inscrito significando uma maior envolvimento e participações da comunidade educativa.

Parceiros: DGE - Direção Geral da Educação, ANPRI - Associação Nacional de Professores de Informática; DGC – Direção Geral do Consumidor, IGAC - Inspeção Geral das Atividades Culturais, INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial, PNL2027 – Plano de Nacional de Leitura 2027 e RBE – Rede de Bibliotecas Escolares.



Entrega dos prémios SITESTAR.PT8 - SST

No dia 26 de maio, decorreu o evento de entrega de prémios dos vencedores do desafio com as 160 equipas Sitestar.pt

O evento contou com a apresentação de Francisco Malhado que, de uma forma descontraída e empática com os jovens conduziu toda a cerimónia. Esta contou ainda com a participação de Luísa Ribeiro Lopes, Presidente do .PT e de Ana Tapadinhas, Diretora Geral da DECO.

NET Viva e Segura 4

A DECOJovem, com o apoio da Google e da DECO Proteste, realizou a 4ª edição do projeto NET Viva e Segura, com o objetivo de incentivar os jovens em idade escolar a aceder à internet de forma segura, promovendo experiências online ativas mais esclarecidas e conscientes em respeito pela sua privacidade.

Realizámos 8 workshops NET Viva e Segura, que contaram com o envolvimento de **28 escolas e a participação de 2 604 alunos e 108 professores**.

Estas conferências em formato digital, privilegiaram a interatividade e o envolvimento dos participantes como forma de potenciar interesse dos jovens.

6. Sempre Consigo na Educação



Como oradores contamos com as intervenções de vários convidados, como João Martins, do Insafe European Network; Ana Pinho, Comissária da Polícia Judiciária; Tânia Vieira, jurista da DECO; Ricardo Estrela, APAV – Associação portuguesa de Apoio à Vítima e Ana Luísa Abreu, do Plano i.

Faz parte da lista de parceiros, a DGE - Direção Geral de Educação, Plano Nacional de Leitura 2027, a ANPRI – Associação Nacional de Professores de informática, o IGAC – Inspeção Geral das Atividades Económicas, Rede Nacional de Bibliotecas Escolares, o Centro Internet Segura e a Fórum Estudante.

Destacamos ainda CDI Portugal que incluiu um dos workshops Net Viva e Segura no evento Switch to Innovation SUMMIT | Inovação Social com Tecnologia.

Brain Ideas 2.0: Aprender a respeitar a Propriedade Intelectual na escola!

O projeto Brain Ideas foi desenvolvido com o objetivo de aumentar o conhecimento e o respeito, na comunidade educativa relativamente ao valor da Propriedade Intelectual, enquanto ferramenta para proteger a criatividade e a inovação. Com as atividades desenvolvidas contribuimos para alertar os jovens para a importância de protegerem o seu próprio trabalho e de respeitarem o trabalho intelectual dos outros, bem como o seu valor e os benefícios financeiros, sociais e culturais de tal potencial intelectual. Neste sentido e enquanto consumidores é importante também fazerem escolhas críticas em que digam não à pirataria e não à contrafação, enquanto violações do Direitos do Autor e da Propriedade industrial.

Este projeto, iniciou em 2020, mas prolongou-se em resultado da situação pandémica tendo só sido concluído em 2021.

A DECO também criou um novo recurso educativo: o Jogo de Tabuleiro Interativo Brain Ideas, que foi utilizada por professores com o objetivo de levar à reflexão e discussão entre os alunos, atingindo um total de **357 utilizadores, 2 340 jogos disputados, de 207 escolas.**

6. Sempre Consigo na Educação

Brain Ideas Ciclo de conferências

A DECO realizou um ciclo de **7 conferências em Escolas Superiores** de Educação, dirigidas aos estudantes de educação e futuros professores, com o objetivo de os sensibilizar para a importância de Propriedade Intelectual e de ensinar esta temática a crianças e jovens. No total contou-se com o envolvimento de **805 participantes de 9 escolas superiores de educação**.

Brain Ideas Game Week

A DECOJovem promoveu uma atividade online Brain Ideas Games Week durante uma semana e que começou a 26 de abril, Dia Internacional da Propriedade Intelectual. A DECOJovem lançou um desafio às escolas com o objetivo de jogarem o jogo de tabuleiro interativo Brain Ideas, com prémios para as escolas com o maior número de jogadas e com a melhor classificação. Com esta iniciativa, foram feitas 2000 jogadas, com a participação de mais de **1 000 alunos, de 22 escolas diferentes**.

Este projeto contou com o apoio da EUIPO - Instituto da propriedade Intelectual da União Europeia.



Green Chef 5

O Green Chef 5 convidou os alunos e professores a produzirem receitas culinárias, com o objetivo de sensibilizar crianças, jovens e as suas famílias, para o combate ao desperdício alimentar e, enquanto consumidores, para a adoção de comportamentos alimentares mais sustentáveis.

Ao todo recebemos **40 vídeos culinários** com sobras a aproveitamento de refeições produzidos **por 108 alunos com o acompanhamento de 14 professores**.

Com base nos vídeos e receitas produzidos pelos alunos, a DECOJovem criou um ebook Green Chef para partilhar os trabalhos dos jovens consumidores, bem como dar dicas de como combater o desperdício alimentar.



6. Sempre Consigo na Educação

#SEPR21 | Desafio Natal sem resíduos... de Plástico

Durante a Semana Europeia de Prevenção de Resíduos (#SEPR21), 20 a 28 de novembro, a DECOJovem realizou o desafio Natal sem Resíduos ... de Plástico – 6.ª edição, com o propósito de sensibilizar os mais jovens para os resíduos de plástico.

No total, contámos com o envolvimento de **1 043 alunos que submeteram 44 fotografias de árvores de Natal**, criadas através de desperdício de embalagens de plástico.

A divulgação desta iniciativa fez-se através do site e das redes sociais da DECOJovem, juntamente com uma campanha de sensibilização para a prevenção de resíduos e outras questões relacionadas com a sustentabilidade. De destacar o impacto desta campanha de sensibilização nas redes sociais, através da inserção de **31 posts, que obtiveram 419 interações e 45 599 impressões**.

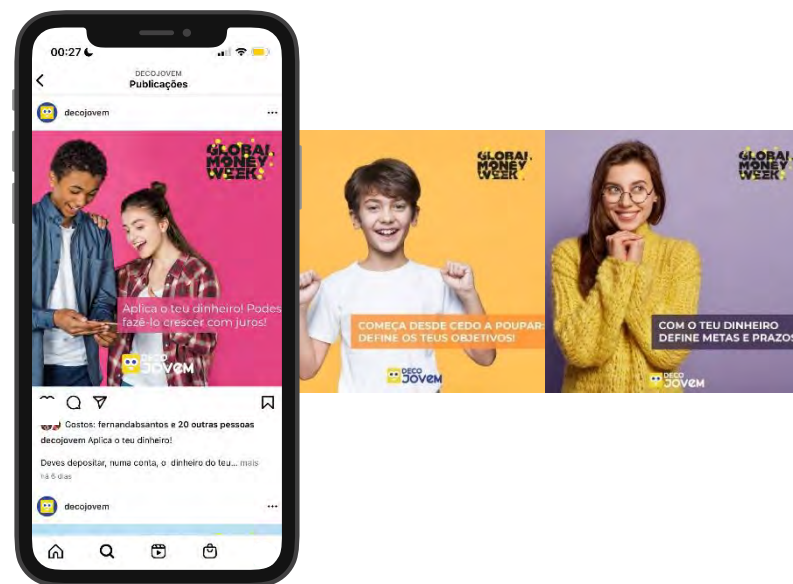


Global Money Week 2021

A DECO foi convidada pelo Programa Todos Contam a participar na Global Money Week, uma iniciativa internacional dinamizada pela International Network on Financial Education (OCDE/INFE), que tem como objetivo sensibilizar os mais jovens para a importância das questões financeiras.

Com diversas atividades desenvolvidas a nível mundial para alertar e consciencializar os jovens a gerir e a poupar, a DECOJovem participou neste evento, com as 5 aulas abertas, entre os dias 22 e 25 de março. Contámos, no total, com 620 participantes, de 20 escolas.

As aulas abertas exploraram um quiz interativo, que convidava os jovens a interagir com os seus telemóveis, permitindo o desenvolvimento da apresentação e discussão de forma interativa e divertida.



6. Sempre Consigo na Educação

Consumer Education Workshop

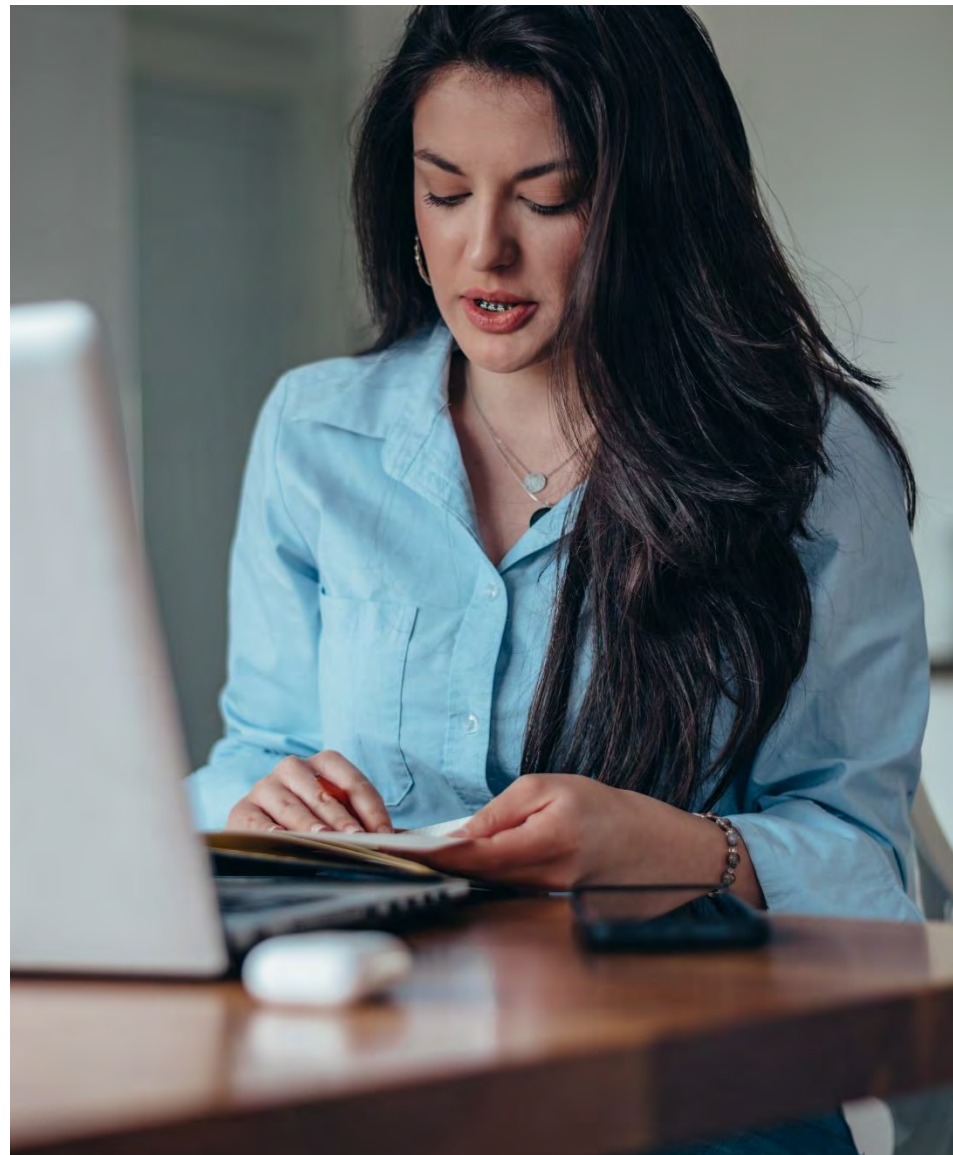
Nos dias 20 e 23 de abril, realizou-se o workshop europeu dedicado ao tema da educação do consumidor, iniciativa promovida pelo BEUC, no âmbito do projeto Consumer Pro. Este workshop teve como objetivo ser um espaço de reflexão e partilha de ideias para profissionais da defesa do consumidor sobre a temática da educação do consumidor.

Neste contexto, a DECO foi convidada a participar no painel “Different approaches to consumer education across the European movement” onde teve a oportunidade de apresentar o projeto educativo DECOJovem e algumas das atividades e projetos em curso para a comunidade educativa. Neste workshop, contou-se com a presença **de 35 membros do BEUC**.

Referencial de Educação do Consumidor: ligação com a componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento

Com o objetivo de explorar o Referencial de Educação do Consumidor, elaborado com a colaboração da DECO, realizaram-se duas ações de formação destinadas exclusivamente a professores - educadores de infância e professores dos ensinos básico, secundário e de educação especial.

Estas ações contaram com a presença de professores e educadores e tiveram a duração de 6 horas/cada. Esta ação foi promovida em colaboração com a DGE e DGC.



7. Sempre Consigo na Formação

DECO FORMA

A DECO FORMA é o projeto formativo da DECO que pretende contribuir para a capacitação e literacia dos consumidores e para a qualificação dos profissionais na área dos direitos dos consumidores, contribuindo para a melhoria e aprofundamento das suas competências.

Neste contexto, a DECO Forma convida os *stakeholders*, as empresas e os organismos públicos que no âmbito das suas relações de consumo pretendam que os seus colaboradores adquiram, melhorem ou aprofundem os seus conhecimentos e competências, a participar nas ações de formação e workshops que desenvolvemos em todo o país.

Capacitação dos consumidores DECO (IN)FORMA

As sessões informativas da DECO, numa estratégia de proximidade, têm como objetivo promover a literacia dos consumidores, informando e orientando os consumidores para adoção de comportamentos de consumo e para as escolhas mais criteriosas de produtos e serviços, alertando também os consumidores para os principais problemas emergentes no consumo.

Neste ano, a DECO Madeira empenhou-se na realização de sessões SOS Consumidor em colaboração com a PSP que **realizou 23 sessões** para informar e alertar os consumidores séniores sobre as vendas agressivas e fraudes de forma a garantirem a sua proteção e segurança.

Contudo, devido à situação pandémica e com as populações em confinamentos foi necessário apostar em novas formas de comunicação, adaptadas à atual realidade e os formatos digitais ganharam especial expressão no trabalho da Associação.

As equipas regionais mobilizaram-se para promover a realização de **20 lives** nas redes sociais em colaboração com a RPD (Rede de Parceiros DECO) e que alcançaram um total de **37 177 visualizações** pelos consumidores sobre temas como “Finanças pessoais em tempo de Covid” e “Comer bem é mais barato”.

Ainda se destacam (5) webinários realizados em parceria com a ADENE, durante o mês de maio e por ocasião do Dia mundial da ENERGIA, com **150 consumidores**.



Em todo o país realizámos **96 sessões informativas, envolvendo um total de 1 735 consumidores**. Nas sessões, contámos com o envolvimento de **73 entidades** que conosco aceitaram o desafio para realizarem estas iniciativas junta da sua comunidade.

Programa de Capacitação EU SOU DIGITAL

A DECO associou-se ao programa EUSOUDIGITAL tem como objetivo promover a literacia digital de 1 milhão de adultos em Portugal, até ao final de 2023, através do desenvolvimento de uma rede nacional de milhares de voluntários apoiados em mais de 1 500 espaços, em todo o país.

7. Sempre Consigo na Formação

Este é um programa destinado a todos os portugueses, em particular os adultos acima dos 45 anos, que tenham interesse em adquirir competências digitais básicas, essenciais ao dia-dia, como aprender a usar o email e outras ferramentas de comunicação, pesquisar na internet e usar as redes sociais.

Neste sentido, a DECO abriu 8 Centros de Capacitação EUSOUDIGITAL, na sede da associação em Lisboa e nas 7 estruturas regionais, com o objetivo de promover e desenvolver ações de competências digitais que têm como propósito ajudar os portugueses a usar a internet.

Para isso, as equipas da DECO receberam formação e associaram-se agora à rede de milhares de mentores e voluntários que estão a promover estas ações de capacitação. Durante o ano de 2021, foram já desenvolvidas **26 ações de capacitação pelos técnicos/mentores da rede DECO.**

Para além da realização das ações de capacitação, de salientar o papel facilitador da DECO na criação de centros digitais EU SOU DIGITAL junto da nossa rede de parceiros, como já foi o caso da Fundação Eugénio de Almeida e da Câmara Municipal de Gondomar.



Ações de Formação de Curta Duração DECO FORMA

Com o objetivo de continuar a dar resposta às implicações que a atual situação pandémica tem trazido à população, a DECO realizou ações de formação, em formato digital (live training e webinar) com diversos parceiros sobre os principais temas com maior impacto na vida dos consumidores.

Entre os diferentes domínios trabalhados, a temática “Finanças Pessoais em Tempo de Crise” foi a mais acolhida pelos parceiros, com 11 ações de formação realizadas que contaram com a participação de **334 formandos.**

Este ano contamos com o interesse da Navigator, PHC, Grupo Mota Engil e o Porto Ambiente (EM) para a realização de ações de formação dirigidas aos seus colaboradores.

A Rede de Parceiros da DECO (RPD) tem participado ativamente no ciclo de formação que preparamos especialmente para os técnicos e colaboradores da RPD sobre os temas das Finanças Pessoais, da Habitação e da Energia, com especial destaque para a pobreza energética, domínios que estão hoje na ordem do dia.

No total, realizaram-se **38 ações de formação, dirigidas a 712 participantes**, com um total de 100 horas de formação, correspondendo a um volume de formação de 7200 horas.

Ações de Formação Certificadas DECO FORMA

Em 2021 realizaram-se 9 ações de formação certificadas (num total de 98 horas) que contaram com **242 participantes e um volume de formação de 23 713 horas.**

7. Sempre Consigo na Formação

CONSUMER LAW READY

O Consumer Law Ready é um Programa de Formação Europeu especialmente dirigido a PME com o objetivo de melhorar a compreensão e conhecimento dos empresários e comerciantes sobre os direitos dos consumidores a nível nacional e europeu.

A DECO é promotora do projeto Consumer Law Ready em Portugal e a sua experiência tem contado com o sucesso das 10 edições já realizadas, que apoiaram as PME de todo o país.

O objetivo deste projeto é informar e capacitar os empresários e comerciantes sobre os requisitos da legislação europeia e nacional dos direitos dos consumidores, aprofundando os seus conhecimentos quanto às obrigações legais a cumprir.

Na edição de 2021, realizaram-se **5 ações de formação Consumers Law Ready, com a duração de 14 horas/cada que contaram com a presença de 87 participantes**. Destas, 2 ações foram desenvolvidas em parceria com a Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa e a Associação Empresarial de Portugal, o que se revelou um sucesso em número de participantes de PME portuguesas.

Este é um programa que conta com o apoio do BEUC e do Eurochambres.



Os consumidores e a sustentabilidade - CONSUMER PRO

A DECO, em parceria com o BEUC, a organização europeia de consumidores, dinamizou duas edições do curso online “Os Consumidores e a Sustentabilidade – Consumer PRO”, com a duração de 12 horas/cada. Nestas ações, juntámos **44 técnicos de várias organizações** que trabalham diretamente com os consumidores em Portugal, com o objetivo de melhorar os seus conhecimentos sobre a legislação europeia e nacional mais relevante na área da sustentabilidade, bem como a sua aplicação ao contexto português.



A sustentabilidade, a perspetiva do consumidor sobre este tema, a alimentação, mobilidade e habitação sustentável, bem como serviços e produtos sustentáveis e, ainda, produtos e serviços financeiros que podem igualmente ser mais sustentáveis, foram os principais temas debatidos nos 3 dias de formação online.

7. Sempre Consigo na Formação

Direitos dos Consumidores Migrantes

A DECO e a CONSUMARE prepararam uma ação de formação sobre os Direitos dos Consumidores Migrantes, no dia 13 de outubro e com a duração de 6 horas, especialmente dirigida a todos os colaboradores de associações e organismos que desenvolvem o seu trabalho e representam as comunidades migrantes.

A participação nesta ação de formação permitiu a aquisição de conhecimentos e aprofundamento de competências sobre os direitos do consumidor no sentido de apoiar o trabalho das associações de apoio aos migrantes em Portugal; um melhor conhecimento sobre os direitos dos consumidores será um contributo para facilitar a integração e inclusão dos migrantes na sociedade portuguesa, com informação e conhecimentos que mitiguem o seu estatuto de consumidor vulnerável.

DECO Academia

A DECO Academia trabalha em colaboração com instituições de ensino superior e este ano, desenvolveu, em conjunto, diversas atividades dando destaque a parceria em projetos comuns, a participação em conferências e seminários multidisciplinares a realização de estágios curriculares para alunos que se identificam com os nossos objetivos e desafios, promovendo, assim, o seu primeiro contacto com o mercado de trabalho e a área da defesa do consumidor.

DECO Academia, tem vindo a apostar nestas parcerias, onde pretendemos crescer, face à procura que se tem vindo a verificar nos últimos tempos. Neste sentido, durante o ano de 2021, realizámos **9 ações em 6 universidades**.

A Universidade Católica do Porto tem uma parceria regular com a DECO,

onde é convidada a lecionar a unidade curricular de Direito do Consumo. Em 2021 lecionou duas unidades curriculares, com a duração cada **de 39 horas** e a presença total de **30 alunos**. Também com esta instituição de ensino superior, realizamos a Aula aberta: O digital em tempos de covid: a pandemia do comércio on-line, que teve a duração de **2 horas** e que contou com a presença de **35 alunos**.

A DECO foi convidada pela Universidade Portucalense, para ministrar uma aula aberta para os alunos universitários sobre o tema do sobre endividamento e sobre o tema das compras online, onde contámos com a presença de 86 alunos universitários.

Com a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, a Escola Superior de Tecnologia e Gestão do IP da Guarda e a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade da Beira Interior, a DECO realizou **3 ações de formação “O Respeito pelo consumidor, um selo de confiança”**, tendo-se contado com a presença de **144 alunos**, no seu total.

Estágios Curriculares

A DECO foi contactada por vários estabelecimentos de ensino superior para receber estudantes para o desenvolvimento de estágios curriculares nas áreas da nutrição, marketing, ciências da educação e direito.

Neste sentido, foram realizados 5 estágios curriculares com as seguintes universidades: (1) Universidade do Algarve; (2) Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra; (3) Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto; (4) Escola de Direito da Universidade Católica Portuguesa e (5) Faculdade de Ciências da Nutrição da Universidade do Porto.

8. Sempre Consigo na Representação

Apoio ao Consumidor

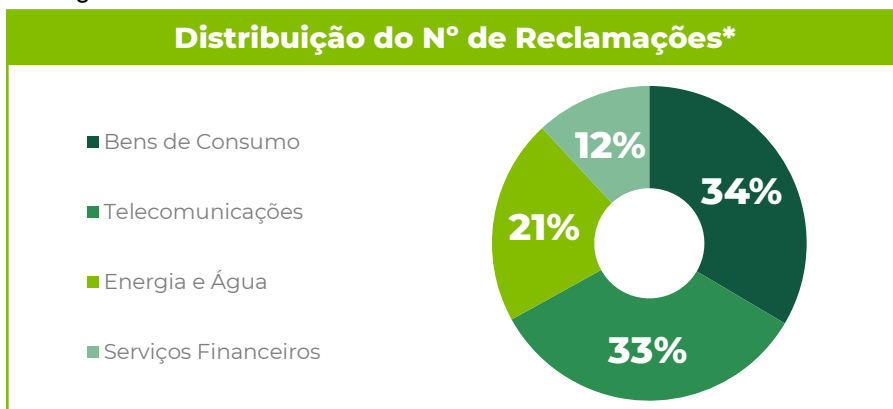
A DECO representa individualmente os consumidores na mediação com as empresas no âmbito de conflitos de consumo e em situações de sobre-endividamento, bem como junto dos mecanismos de resolução alternativa de litígios.

Sem prejuízo da suspensão do apoio presencial nas suas instalações no primeiro trimestre de 2021, **20 035 consumidores** continuaram a solicitar o apoio e a intervenção da Associação para a resolução dos conflitos de consumo.

Devido à intervenção da DECO, **86% dos consumidores que pediram a sua ajuda conseguiram ver o seu conflito resolvido**. Nas situações em que a reclamação envolvia a cobrança ilegítima de valores, a intervenção da DECO permitiu-lhes obter uma poupança global de **1 952 000 euros**.

Setores mais reclamados

No ano de 2021, o ranking dos setores mais reclamados foi distribuído da seguinte forma:



20 035 pedidos

Poupança de 1 952 000€

Os motivos das principais reclamações prenderam-se com:

Bens de Consumo

- 1 Incumprimento dos prazos de entrega
- 2 Problemas e Burlas nos meios de pagamento
- 3 Reembolso de valores pagos
- 4 Dificuldade no acesso a canais de apoio ao cliente

Telecomunicações

- 1 Período de Fidelização
- 2 Práticas comerciais desleais
- 3 Suspensão do serviço
- 4 Refidelização
- 5 Cancelamento do contrato
- 6 Qualidade do serviço

Energia e Gás

- 1 Conhecimento da Fatura
- 2 Prescrição
- 3 Faturas elevadas durante o período de inverno
- 4 Não reconhecimento dos direitos dos consumidores nas relações comerciais

Serviços Financeiros

- 1 Comissões bancárias
- 2 Acesso aos seguros de proteção ao crédito
- 3 Coberturas e exclusões de seguros de saúde
- 4 Atualização de prémios no seguro automóvel

8. Sempre Consigo na Representação

Destacam-se no âmbito da publicação de medidas excecionais para o regime de Serviços Públicos Essenciais, os pedidos de apoio sobre acordos de pagamento das faturas, tarifa social e interrupção de fornecimento.

Habitação

Nas áreas dos conflitos de consumo no âmbito do Arrendamento e Condomínio, apoiámos diretamente **1 684 consumidores**.

Processos de Intervenção (Conflitos de Consumo)

Em 2021 a DECO continuou a identificar como ponto crítico a necessidade de estabelecer e aprofundar os contactos privilegiados com as empresas, tendo realizado mais de **80 reuniões**, no sentido de melhorar a qualidade das relações comerciais das empresas com os consumidores e eliminar cláusulas abusivas e práticas desleais.

Em representação dos consumidores, a DECO esteve presente **em 123 audiências** de julgamento nos diferentes mecanismos de resolução alternativa de litígios, Centros de Arbitragem e Comissões Arbitrais.

No âmbito dos processos de mediação, o período decorrido entre o início do processo de mediação e o seu arquivamento reduziu para **31 dias**.



8. Sempre Consigo na Representação

Destaques em 2021



Apoio aos Consumidores nos Serviços Públicos Essenciais

Com a prorrogação da medida excecional que pretendia apoiar os consumidores e garantir o acesso aos serviços públicos essenciais, muitos consumidores acumularam valores de dívidas, tendo suscitado apoio da DECO na eventual celebração de acordos de pagamento. Na verdade, embora tendo sido novamente prorrogada, a partir de agosto de 2021 a medida excecional abrangeu apenas aqueles consumidores que estivessem em situação de desemprego, com quebra de rendimentos do agregado familiar igual ou superior a 20% ou em caso de infeção pela doença COVID-19.

A DECO reuniu, assim, com os principais prestadores de serviços públicos essenciais, tendo em vista a criação de contactos diretos e procedimentos céleres para apoiar os consumidores na celebração de planos de pagamentos adequados aos seus rendimentos atuais, impedindo assim a interrupção do serviço nos casos em que a mesma já poderia legalmente ocorrer.



Cobrança da Taxa de Ocupação do Subsolo no Cartaxo

Na sequência de diversos pedidos de ajuda de consumidores residentes no concelho do Cartaxo surpreendidos com valores exorbitantes na fatura do gás natural, decorrentes da cobrança da Taxa de Ocupação do Subsolo (TOS), a DECO acompanhou individualmente estes consumidores e reivindicou a adoção de medidas relativas à suspensão temporária da cobrança da TOS enquanto decorressem as negociações entre a Câmara Municipal do Cartaxo e a Tagusgás e que os valores respeitantes a anos anteriores fossem diluídos numa janela temporal mais alargada e ainda a redução substancial da taxa de ocupação de subsolo atualmente em vigor no município.

Decorridas as negociações a Tagusgás e a Câmara Municipal do Cartaxo chegaram a acordo tendo sido atendidas as reivindicações apresentadas pela DECO.

8. Sempre Consigo na Representação

Processos de Intervenção (Sobre-endividamento)

A DECO presta apoio aos consumidores economicamente vulneráveis, aos consumidores em situação de endividamento excessivo ou sobre-endividamento, apoiando-os na sua recuperação socioeconómica.

No âmbito destes processos, a DECO analisa a situação financeira familiar do consumidor, traça o seu perfil e promove ajuda tendente à reestruturação das dívidas, visando reduzir as despesas, bem como promover a renegociação dos contratos de crédito para evitar e quando tal ainda é possível, atempadamente, o eventual atraso no pagamento de outras prestações. Nesta ação, a DECO envolve o consumidor, ajudando-o a promover a sua reabilitação financeira e a prevenir situações futuras.

Sendo o Gabinete da DECO um sistema de apoio ao sobre-endividado reconhecido pelo Ministério da Justiça, recebe e trata pedidos para elaboração e negociação de planos de pagamento entre pessoas sobre-endividadas e os seus credores, procurando evitar a inclusão dessas pessoas na lista pública de execuções, ou retirando-as da mesma. Em 2021 foi, também, reconhecido como conciliador, habilitado a prestar os seus serviços no Sistema Público de Apoio à Conciliação no Sobre-endividamento (SISPACSE).

No ano de 2021, **a DECO apoiou 2 744 famílias** que se encontravam naquelas situações. Apesar de ter aumentado o número de sobre-endividados que recorrem ao apoio da GPF, os processos de intervenção abertos por este gabinete totalizaram 2 744, número muito semelhante ao registado em 2020 e 2019.



DECO torna-se um conciliador do SISPACSE

A DECO, enquanto entidade já reconhecida para prestar apoio no âmbito do sobre-endividamento, foi agora reconhecida pela Direção Geral da Política de Justiça (DGPJ) como conciliador, habilitada a prestar os seus serviços no Sistema Público de Apoio à Conciliação no Sobre-endividamento (SISPACSE).

Este sistema permite ao devedor e aos seus credores, um sistema que promova a justa resolução de litígios relacionados com o não cumprimento das obrigações pecuniárias, sempre apoiados por um profissional habilitado: o conciliador.

8. Sempre Consigo na Representação

A justificação está em grande parte nas moratórias e nas medidas que foram introduzidas para mitigar o fim das mesmas, pois houve muitas situações em que não foi necessário abrir processo, conseguindo a DECO encaminhar as famílias que, pelos próprios meios, conseguiram resolver a situação.

Em 2021, a perda de rendimentos e a deterioração das condições laborais surgem como a principal causa das dificuldades financeiras das famílias com 32%. Para além da perda de rendimentos nesta causa incluem-se situações como: o atraso no pagamento dos salários, a redução de horas extraordinárias ou de comissões. O desemprego surge como segunda causa, com 23%, responsável pelas dificuldades financeiras das famílias que têm processo a decorrer na DECO.

Taxa de Esforço

Os dados referentes ao incumprimento não são, contudo, surpreendentes, tendo em conta que as taxas de esforço apresentadas pela população apoiada pela DECO voltam a exceder amplamente a percentagem aconselhada.

Em média, **o rendimento das famílias** que procuram o nosso apoio é de **1 100€**, com um montante de prestações com crédito de 860€. Portanto, a **taxa de esforço das famílias**, que não deve ser superior a **35%**, ou seja, os gastos mensais com créditos não devem absorver mais de 35% do rendimento mensal, continua a ser muito elevada: 78%.

Tempo de resposta e desfecho

Nos processos de intervenção, o período decorrido entre o início do processo até ao seu arquivamento foi, em média, de **60 dias**.

O principal motivo de arquivamento dos processos de apoio às famílias sobre-endividadas é, à semelhança do registado em 2019 e 2020, o encerramento por renegociação do pagamento de todos os créditos e renegociação de alguns créditos. De referir que **76% dos créditos** são renegociados.

Poupança dos consumidores pela Renegociação de Créditos

Com a intervenção do Gabinete de Proteção Financeira, a DECO conseguiu um valor de renegociação para os consumidores mais vulneráveis de **265 413 948,80 Euros**, através da renegociação de créditos.



8. Sempre Consigo na Representação

Representação Coletiva Nacional

A DECO representa os consumidores, não só através de ações que reivindica e mobiliza em nome dos consumidores, mas também em diversos organismos, fóruns nacionais e internacionais, procurando dinamizar medidas que permitam simultaneamente alterar normas e sensibilizar os consumidores para os problemas e desafios e promover esta alteração junto dos decisores políticos e económicos.

Plano de Recuperação e Resiliência

Na sequência da consulta pública sobre o Plano de Recuperação e Resiliência, a DECO apresentou os seus contributos, reconhecendo a pertinência e a importância deste Plano, e reforçando a necessidade de que os efeitos da pandemia sobre os consumidores fossem avaliados e priorizados na reposição do equilíbrio da economia e no reforço dos seus direitos.

Assim, a DECO, considerou, ainda ser importante a adoção de medidas que assegurassem:

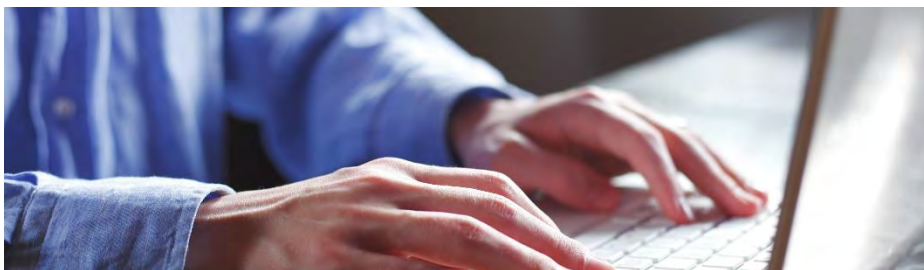
Propostas da DECO para o Plano de Recuperação e Resiliência

- 1 Uma recuperação assente nos quatro pilares que fundamentam a Nova Agenda do Consumidor: a transição ecológica, a transição digital, a proteção dos consumidores vulneráveis e a aplicação e governação dos seus direitos;
- 2 O reforço do sistema de saúde e a gestão de crise da saúde pública, reduzindo os impactos de novas pandemias e garantindo medidas que reforcem eventuais recuperações socioeconómicas;
- 3 A proteção dos consumidores no quadro dos serviços financeiros e nas medidas que suportem a recuperação económica das famílias;
- 4 A proteção dos consumidores turistas, em particular, no setor da aviação mediante a criação de um enquadramento legislativo que lhes assegure uma tutela jurisdicional efetiva;



8. Sempre Consigo na Representação

No âmbito das componentes do Plano, a DECO apresentou, também, propostas relativas a diversas áreas, nomeadamente, Habitação, Transportes e Mobilidade, Respostas Sociais e Eficiência Energética dos Edifícios.



Acompanhamento do Código Europeu das Comunicações Eletrónicas

A DECO continuou a acompanhar o processo de transposição do Código Europeu das Comunicações Eletrónicas no Parlamento, enquanto instrumento importante para o futuro do setor das comunicações europeu e nacional. No entanto, e apesar da harmonização imposta em algumas normas e do trabalho realizado pela DECO em 2020, a proposta de lei portuguesa ficou aquém das expectativas, tendo a Associação, em sede de parecer enviado ao Conselho Nacional de Consumo, proposto um conjunto de medidas absolutamente necessárias, que, no seu entender, deviam ser introduzidas na legislação nacional.

A DECO esteve presente na audição parlamentar da Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação, contribuindo empenhadamente para que a transposição do CECE traga as mudanças necessárias ao setor, em benefício dos consumidores.



Pelo Fim do Bloqueio Geográfico nas Regiões Autónomas

Após a aprovação na Assembleia Regional da Madeira, a DECO continuou a defender a sua iniciativa em exigir a limitação o bloqueio geográfico no território nacional, reivindicando junto do Parlamento a criação de uma Lei com esta finalidade. Durante o ano de 2021, muitos consumidores **das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores** ao procurarem usufruir das vantagens do comércio eletrónico, sobretudo na fase de confinamento, continuaram a deparar-se com limitações no acesso a esta forma de comércio por parte de empresas que excluem as áreas de residência dos consumidores das entregas das suas plataformas eletrónicas.

Através da mobilização dos consumidores, a DECO conseguiu que este problema chegasse ao legislador e que a Assembleia da República aprovasse, finalmente, medidas que garantam o fim do bloqueio geográfico e da discriminação nas vendas eletrónicas para os consumidores em território nacional.

8. Sempre Consigo na Representação

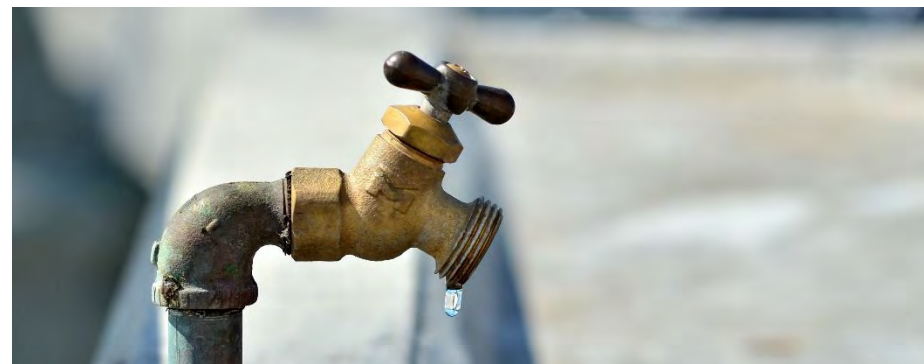


Estratégia Nacional de Combate à Pobreza Energética

Tendo assumido como prioridade em 2021 o combate à Pobreza Energética, a DECO apresentou diversas recomendações ao Governo e a exigência da definição de uma Estratégia que estabelecesse, não só uma definição de Pobreza Energética, mas também, indicadores de medição e metas temporais para a introdução das medidas de mitigação.

O Governo apresentou, assim, uma proposta de Estratégia Nacional de Longo Prazo para o Combate à Pobreza Energética 2021-2050. Para garantir maior eficácia nos resultados desta proposta, a DECO juntou-se a 8 organizações ligadas ao ambiente, energia e defesa do consumidor para defender melhorias no plano de ação para o combate à pobreza energética.

Assim, a DECO, a CENSE-FCT/NOVA, Coopérnico, OBSERVA/ICS-ULisboa, Lisboa E-Nova, RNAE, S. ENERGIA e a ZERO colaboraram na criação de um parecer com as preocupações comuns e partilha de conhecimento com o objetivo de melhorar a Estratégia apresentada.



Tarifa Social da Água

Na sequência de vários pedidos de ajuda por parte dos consumidores relativos ao serviço de abastecimento de água, a DECO continuou a acompanhar a implementação deste tarifário pelos municípios, reivindicando a sua adesão a este modelo de resposta social. Posteriormente, a DECO avançou com uma ação de sensibilização dos municípios e entidades gestoras para a adesão à tarifa social da água.

Com a sua ação a DECO conseguiu que algumas Entidades Gestoras revertissem a sua posição e aderissem à tarifa social, sem esquecer a defesa de que esta tarifa seja obrigatória para a prestação dos serviços de abastecimento de água, saneamento e gestão de resíduos. Por outro lado, a Associação reuniu com deputados da Assembleia Legislativa da Madeira no sentido de apoiar a sua resolução que recomendava a criação de condições para que todos os municípios na região, passassem a disponibilizar a tarifa social da água. Apesar de a medida não ter sido adotada, a DECO continuará a acompanhar esta situação e a exigir a aplicação uniforme, a nível nacional, de um regime de resposta social neste setor.

8. Sempre Consigo na Representação



Tarifa Social da Internet

A DECO reivindicou junto dos decisores políticos a necessidade da criação urgente de uma “tarifa social de acesso a serviços de Internet”, que permitisse uma utilização mais generalizada deste recurso por todos os cidadãos economicamente mais vulneráveis. A adoção de uma medida desta natureza tornou-se ainda mais importante no contexto da pandemia que se viveu em 2021, a qual veio a expor as graves carências digitais por parte dos consumidores, alguns com graves dificuldades de adaptação a modelos de teletrabalho e de ensino à distância.

Com a sua pressão junto dos decisores políticos foi finalmente publicado o diploma que criou a tarifa social de fornecimento de serviços de acesso à internet em banda larga fixa ou móvel a disponibilizar por todas as empresas que oferecem este tipo de serviços. A DECO congratulou-se com esta medida, a qual irá, certamente, beneficiar todos os consumidores com baixos rendimentos ou com necessidades sociais especiais alinhando-se os requisitos de acesso aos das já aplicadas nas tarifas sociais da eletricidade.

TRANSIÇÃO DIGITAL

Tarifa social de Internet entra em vigor em janeiro e vai custar 6,15 euros

A tarifa social de Internet visa consumidores com baixos rendimentos e abrange um universo de 780 mil pessoas.

Outros temas da Representação Coletiva

Temas	Ações
Serviços Financeiros	Nova Proposta de Diretiva do Crédito ao Consumo
Segurança dos Produtos	Nova Proposta de Diretiva da Segurança Geral dos Produtos
Habituação	Criação de um Programa Nacional de Habituação
Direitos dos Consumidores	Revisão do Código da Publicidade
Serviços Digitais	Criação de um Regulamento para a Inteligência Artificial
Mobilidade	Criação de regras nacionais e locais para uma mobilidade sustentável
Energia	Revisão da Diretiva para as energias renováveis e eficiência energética
Comércio	Transposição da Diretiva Omnibus
Sustentabilidade	Criação de Lei de Bases do Clima
Saúde	Regulamento do Certificado Digital COVID
Enforcement	Transposição da Diretiva sobre Ações Representativas

8. Sempre Consigo na Representação

Representação Institucional

Em 2021, a DECO enquanto entidade com estatuto de parceiro social, emitiu **582 pareceres**, dos quais 60% dizem respeito a iniciativas parlamentares às quais a DECO respondeu sem ter sido consultada, o que reflete a ação preventiva da DECO no acompanhamento da atividade dos Grupos Parlamentares. Com a criação do seu site institucional e o fomento do trabalho de cooperação com outras organizações da sociedade civil, a DECO privilegiou estes canais para a apresentação e partilha das suas reivindicações, não esquecendo, no entanto, outras ferramentas para a ação reivindicativa e representativa da Associação, tendo sido enviadas **82 cartas** e respondidas **24 entrevistas e questionários**.

A DECO representa os consumidores em 113 organismos nacionais

A DECO também participou em **22 Audições Públicas**.

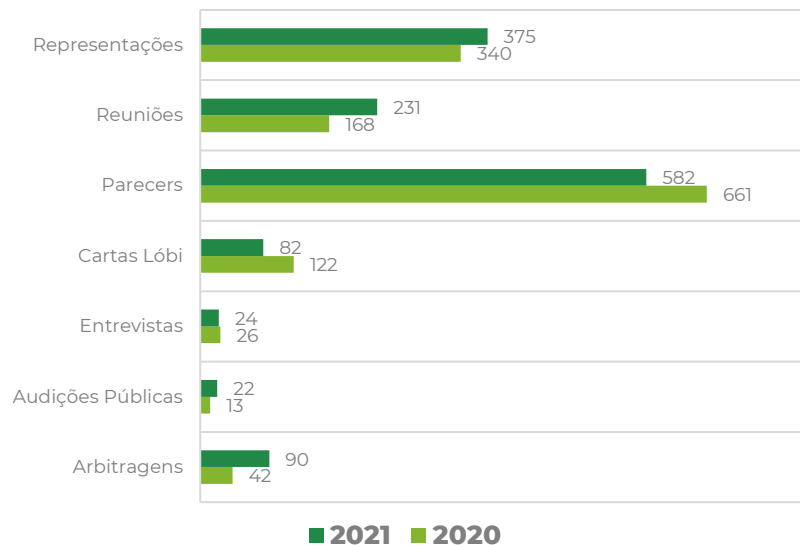
Sem prejuízo da pandemia, a representação dos consumidores nas diversas entidades públicas e privadas continuou a ser, em 2021, uma prioridade para a DECO, destacando-se, o trabalho desenvolvido das Entidades Reguladoras nacionais, cujos Conselhos Consultivos não foram suspensos durante o Estado de Emergência, tendo, ao invés sido readaptados para reuniões através de mecanismos telemáticos. Mantiveram-se, assim, os Conselhos Consultivos e Tarifários da ERSE e ERSAR, bem como o Conselho Consultivo da RTP, do Banco de Portugal e o Conselho Económico e Social. Foram, ainda, mantidos o Conselho Consultivo no âmbito do Operador Logístico de Mudança de Comercializador e a participação nos Conselhos Consultivos das Comarcas de Lisboa e Porto e na Assembleia Geral e Conselho de Administração da DNS.pt.

Participação nos Centros de Arbitragem

A DECO continua a manter a sua missão de garantir uma resolução adequada dos conflitos de consumo institucional através da sua participação no funcionamento dos Centros de Arbitragem de Conflitos de consumo, designadamente, nos seus órgãos sociais, em representação dos consumidores, remetendo muitos processos para arbitragem, divulgando os Centros, quer no contato pessoal com os consumidores, quer em intervenções na comunicação social e respetivas publicações.

Como tal, esteve presente em **61 reuniões dos órgãos sociais**.

Comparação anual dos vários momentos de representação institucional da DECO



8. Sempre Consigo na Representação

A DECO participou ainda em várias conferências nacionais, das quais se destacam:

Conferências	Entidade Organizadora
5º aniversário da Aliança ODS Portugal – Consumo e Produção Responsável	
Investment, Digitalization and Green Financing – o caso de Portugal	
2º Encontro CMVM/DECO – Tendências e riscos nos mercados de capitais	
Os 45 anos da Constituição	
Estudo sobre a evolução logística na AML e soluções a promover	
PAYT em Portugal...Que futuro?	
Jornadas de Marketing 2021	
Novos Caminhos para Enfrentar Conteúdos Ilegais	
Escola de Verão sobre Sustentabilidade	
Valor não percebido da água	
1º Encontro – Aliança para a Igualdade nas TIC	

Representação Coletiva Internacional

Em 2021 a DECO continuou a aprofundar o seu trabalho internacional e a sua parceria estratégica com entidades públicas e privadas internacionais. Destacou-se, mais uma vez, a par da Vice-Presidência do BEUC, a continuação do trabalho conjunto e direto com esta organização, permitindo à DECO continuar o seu papel como *stakeholder* privilegiado nos processos de negociação europeus, tendo emitido 151 contribuições para o BEUC.

Em 2021, a ação representativa internacional da DECO destacou-se pelos seus contributos no âmbito das áreas da Energia, Sustentabilidade, *Enforcement* e Comércio Eletrónico .

Também o trabalho desenvolvido pela DECO, no âmbito dos eventos promovidos pela Comissão Europeia, nomeadamente no Consumer Protection Advisory Group (CPAG), contribuiu para que a política de defesa do consumidor comunitária tivesse em conta os problemas nacionais

Tendo em conta o novo mandato, no âmbito do Conselho Económico e Social Europeu, a DECO reforçou o seu relacionamento próximo, participando nas iniciativas promovidas por esta entidade, com especial destaque para o cumprimento das metas e propostas apresentadas na Nova Agenda do Consumidor.

8. Sempre Consigo na Representação

Destaques em 2021



Denúncia Internacional das Companhias Aéreas

Na sequência do trabalho realizado conjuntamente em 2020 pela DECO e outras 10 organizações dos consumidores, o mesmo culminou numa denúncia conjunta à Comissão Europeia e à Rede de Cooperação entre as Autoridades Nacionais responsáveis pela aplicação da legislação de defesa dos consumidores. Esta denúncia levou estas autoridades a investigar diversas infrações generalizadas a 16 companhias aéreas com sede na União Europeia.

Em resposta a esta ação, as transportadoras comprometeram-se a melhorar as suas políticas de cancelamento e a reembolsar todos os passageiros. Também se comprometeram a ser mais transparentes para com os consumidores sobre os seus direitos, e a informá-los proactivamente sobre o seu direito a um reembolso se assim o desejarem.

Associação europeia de consumidores coloca TAP na lista negra dos reembolsos

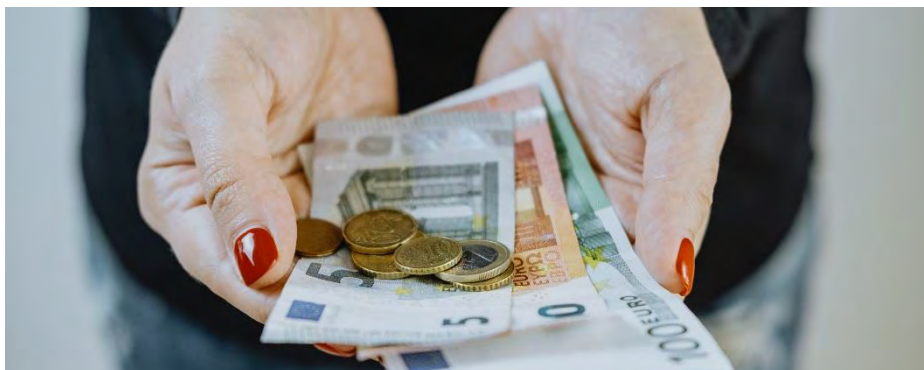
Desde o início da pandemia, diz a BEUC, tem havido “práticas desleais generalizadas” por parte de companhias aéreas ao nível dos reembolsos devidos aos passageiros pelos cancelamentos.



Grupo de Peritos do Sistema de Pagamentos

Para além das novas representações nos grupos consultivos da Comissão Europeia a DECO passou, também a integrar, desde junho de 2021, um grupo de peritos da Comissão Europeia na área de pagamentos, denominado Payment Systems Market Expert Group (PSMEG). Este grupo é composto por representantes dos utilizadores, incluindo organizações de consumidores, por entidades de pagamentos, por órgãos ligados à prevenção de fraudes e por membros da academia e tem as funções de aconselhar a Comissão na área de pagamentos, contribuir para a preparação de atos legislativos ou de iniciativas de políticas, incluindo a prevenção de fraudes, e debater os desenvolvimentos e boas práticas nesse mercado.

8. Sempre Consigo na Representação

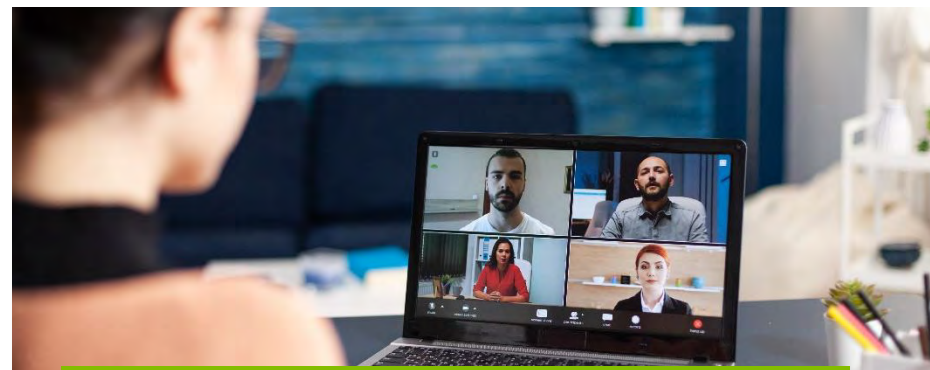


A DECO integra o grupo de peritos da comissão europeia sobre NPL

A DECO foi designada pela Comissão Europeia para fazer parte do grupo de peritos, onde estão representantes dos vários países da EU, para a criação de recomendações tendentes a regular o “crédito malparado”, também designado como NPL- Nonperforming Loans.

O trabalho deste grupo visa identificar aspetos relevantes a enquadrar em futura diretiva que visará a criação de um mercado secundário comum para crédito em incumprimento na EU. Permitirá, por um lado, dar condições aos bancos para concederem créditos, mantendo indicadores de saúde financeira e ao mesmo tempo não prejudicar os consumidores, garantindo os seus direitos.

Pretende-se, com o trabalho que vem sendo desenvolvido, criar orientações regulamentares e comuns aos vários países da EU, para a atividade de venda e compra de crédito malparado.







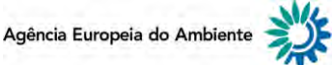







Participação no “Second Seminar Series on Good Practices on Debt advice”

A DECO foi selecionada para dar a conhecer a atividade que desenvolve na proteção financeira através de uma apresentação em webinar realizado no dia 21 de setembro de 2021. O objetivo da ação foi promover a divulgação de boas práticas na área do aconselhamento financeiro por desempenhar um papel crucial na busca das melhores soluções para ajudar as famílias a evitar o endividamento excessivo ou a ultrapassar situações de sobre-endividamento, ajudando os agregados familiares a livrarem-se das dívidas.

As intervenções da DECO e outras entidades serviram ainda como mote para a reflexão que sobre a temática vem sendo feita a nível europeu. A iniciativa foi patrocinada pela Comissão Europeia e pelo Conselho Europeu de Inovação e Agência Executiva para as PME e foi promovida pela VVA e CEPS, no âmbito do projeto “Disponibilização de ações para alargar a disponibilidade e melhorar a qualidade dos serviços de aconselhamento financeiro para famílias europeias.

8. Sempre Consigo na Representação

A DECO participou e assegurou ainda conferências internacionais, das quais se destacam:

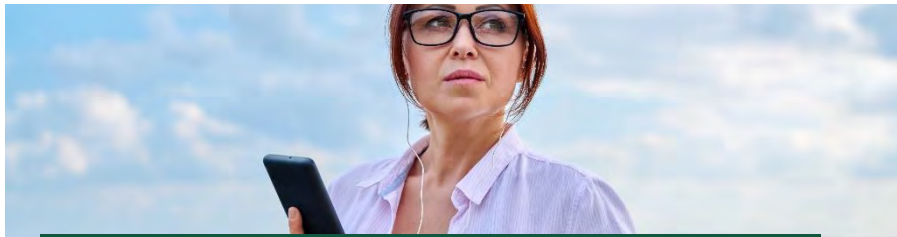
Conferências	Entidade Organizadora
Credit 2.0: Consumer-proof loans in digital times	
Diálogo sobre o Pacote “Fit for 55”	
Assegurar uma Descarbonização Justa	
European Consumer Summit	
Impact of COVID-19 on single-use plastics	
EU Workshop in exploring good practices across transport	
International IP Enforcement Summit	
Roundtable discussion on consumer engagement and green offers	
Seminar Debt Advice by a Consumer Organization	
Digital Member Connect	
Consumer Credit Event	
ERFF Conference – Consumers at the heart of finance in Europe	

8. Sempre Consigo na Representação

Representação Judicial

A DECO representa coletivamente os consumidores através de ações judiciais, tendo em vista defender os seus interesses económicos em situações especialmente lesivas e, simultaneamente, promover a produção de jurisprudência sobre temas considerados importantes para os consumidores.

Novas Ações Judiciais



Apple – Obsolescência Precoce

A DECO intentou uma ação judicial contra a Apple, acusando-a de práticas enganosas por ter manipulado os iPhones 6, 6 Plus, 6S e 6S Plus para se tornarem obsoletos e, assim, ter lesado 115.000 portugueses.

Em causa está uma atualização do sistema daqueles aparelhos que os tornava mais lentos, e por isso a Associação exige uma compensação aos consumidores que compraram os aparelhos em causa, entendendo que o critério considerado adequado para apurar o valor de compensação é o custo pela reparação da bateria e 10% do valor de compra do equipamento, ou seja, em média, um valor aproximado de 60 euros.



Ações Judiciais em curso

Em 2021, encontram-se a decorrer as ações contra as operadoras de telecomunicações, contra o Estado, o Banco de Portugal e a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), relativamente ao escândalo do BES, bem as ações contra a ANACOM e contra a Volkswagen e a SEAT.

A ação em curso contra o Facebook terminou por acordo entre as partes.

8. Sempre Consigo na Representação

DECOChangers

Como iniciativa proposta para 2021, a DECO criou o grupo consultivo de jovens entre os 18 e os 29 anos: os DECOChangers. Este grupo é uma equipa de jovens consumidores, de diferentes regiões do país que se reúne para refletir sobre temas relacionados com o futuro da defesa do consumidor. Determinados e motivados a desenvolver projetos sobre os mais variados tópicos relacionados com o presente e o futuro da sociedade de consumo, estes jovens têm como objetivo apresentar soluções inovadoras e conscientes, que integrem a Agenda e o Plano de atividades da Associação.

Este grupo tem sido coordenado e orientado pela equipa DECO Regiões, tendo iniciado a sua atividade no último trimestre de 2021.



DECOCHANGERS



Artur Papança
Vendas Novas



Bárbara Salgado
Bragança



Catarina Bonnet
Cascais



Francisco Malhado
Lisboa



Tiago Ferreira
Viseu



Helena Lima
Funchal (R. A. Madeira)



João Martins
Funchal (R. A. Madeira)



João Rodrigues
Lagos



Leandro Rocha
Palmela



Maria Luisa Gomes
Santa Maria da Feira



Maria Baptista
Portalegre



Maria Carvalho
Lisboa



Sofia Santos
São Miguel (R. A. Açores)

9. Sempre Consigo nas Regiões

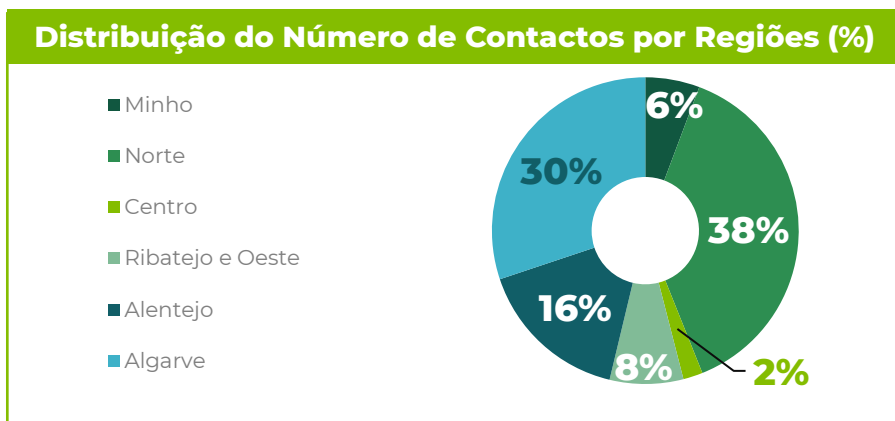
DECO Regiões

A proximidade aos consumidores representa um emblemático pilar da DECO, pelo que, no decorrer do ano de 2021, procurámos reforçar a presença da Associação no território, através da celebração de novos protocolos e do desenvolvimento de novas abordagens de colaboração, como foi o caso de diversos parceiros sociais, associações de futebol e empresas municipais (Águas do Porto, E.M.).

O ano de 2021 teve circunstâncias especiais devido às restrições decorrentes da pandemia e do período circunscrito às eleições autárquicas.

Ainda assim a DECO realizou cerca de **70 reuniões**, sendo 28 com autarquias, tendo celebrado novos protocolos com: Câmara Municipal do Alandroal e PSP. Face às circunstâncias, acima enunciadas, procurámos potenciar contactos com diferentes parceiros, mais concretamente Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS). **Realizaram-se um total de 26 reuniões que culminaram na concretização de 12 parcerias.**

Do trabalho realizado no terreno, destacamos os contactos de consumidores que chegaram à DECO através dos parceiros:



Lives ao Consumidor

Em 2021, a DECO Regiões continuou a impulsionar a realização de *lives* e vídeos nos meios digitais das entidades parceiras, envolvendo também as redes sociais da DECO Associação. A DECO Regiões em parceria com as equipas regionais apoiou a organização de *lives* com **10 municípios**.

Workshops DECO INFORMA e DECO CONSIGO EM CASA

Os workshops DECO Informa têm como objetivo capacitar os consumidores para a tomada de decisões de consumo mais esclarecidas e sustentáveis.

No ano de 2021 realizámos workshops em formato presencial, mas também em formato webinar, em conjunto com a rede de parceiros, atingindo dessa forma um maior número de consumidores.

Newsletter Rede de Parceiros

Continuamos a partilhar a nossa Newsletter quinzenal para as entidades parceiras, com o principal objetivo de dar a conhecer novas iniciativas da DECO, partilhar atividades desenvolvidas com a rede e atualizar novidades jurídicas relevantes para a defesa do consumidor.



9. Sempre Consigo nas Regiões

Encontro da Rede de Parceiros

O tradicional Encontro da Rede de Parceiros DECO, direcionado para os técnicos autárquicos, contou com o tema “novos desafios, novas respostas”, tendo sido realizado à distância, em junho.

- O apoio a proprietários e arrendatários e as estratégias locais de habitação;
- Fim dos direitos excecionais e temporários de proteção dos consumidores;
- Novas estratégias para captar a atenção dos consumidores nos serviços locais de atendimento.

Formação da Rede de Parceiros

No presente ano 2021, colocámos ainda em prática uma nova iniciativa, o Ciclo de Formação exclusivo para a Rede de Parceiros DECO. Como resultado, desenvolvemos algumas ações formativas de temas variados e pertinentes, face à realidade atual.

- 30 de setembro: Direitos dos Consumidores na Habitação;
- 21 de outubro: Finanças Pessoais em Tempo de Pandemia – Pós-moratórias;
- 25 de novembro: Dificuldades em pagar as contas? Os custos da (des)informação financeira.

Ação de Formação para os técnicos da Rede

No âmbito das parcerias com as Câmaras Municipais da Lousã e Salvaterra de Magos, foram dinamizadas sessões de formação e capacitação dos técnicos com o objetivo de dar a conhecer, de modo holístico, o trabalho realizado pela DECO, e assim, potenciar o trabalho desenvolvido pela parceria.

Documentos Estratégicos

A equipa da DECO Regiões promoveu a elaboração dos relatórios anuais de balanço da atividade desenvolvida em cada protocolo pelas equipas regionais. Para o efeito elaborou os documentos para personalização pelas equipas regionais.

DECO nos conselhos locais de Ação Social

Como forma de reforçar o trabalho em rede localmente, a DECO Regiões criou a atividade “O apoio da DECO em [localidade]” tendo em vista realizar reuniões com a Comissão Social de Freguesia por cada município/junta de freguesia parceira. Estas atividades organizadas pela DECO Regiões foram implementadas pelas equipas regionais no terreno, no decorrer do ano 2021.

9. Sempre Consigo nas Regiões

Reunião de boas vindas

A equipa da DECO Regiões desenhou uma sessão de boas-vindas ao novo parceiro, CM Alandroal, que foi implementada em articulação com a equipa regional. Esta sessão teve como principal objetivo o acolhimento dos técnicos autárquicos na equipa, nos procedimentos e na dinâmica própria da DECO na relação com os parceiros.

Apresentação da nova estratégia do GPF aos Parceiros

Tendo em atenção a experiência de realização de consultas à distância via Zoom, vivenciada durante os anos de pandemia, que bons resultados trouxe, foi idealizado que as técnicas do GPF pudessem fazer um acompanhamento mais próximo à Rede de Parceiros. Nesse sentido, foram dinamizadas reuniões para apresentar esta nova estratégia e dinâmica.

DECOPODe: a defesa do consumidor nas regiões

Em 2021, a DECO Regiões colaborou no DECOPODe, um podcast de histórias, emoções, percursos e de reflexões em torno do Consumo. Com objetivo comum de comunicar o trabalho no terreno da DECO, recorremos a este meio de divulgação para realizar uma conversa com um dos nossos parceiros, a Vereadora Cláudia Moreira, da Câmara Municipal da Chamusca.



Agenda do Consumidor

Criámos a Agenda DECO que fizemos chegar aos técnicos das nossas entidades parceiras.



Cartazes de divulgação dos atendimentos e iniciativas

Para uma melhor difusão dos serviços e para que mais pessoas possam beneficiar dos mesmos, disponibilizámos em 2021 um Cartaz de apoio à divulgação, em várias versões, considerando os diferentes formatos de atendimento e de ações diversas, em vigor em cada momento.



II. Relatório e Contas



Descubra o Relatório e Contas da Associação



10. Relatório de contas

Apresentação das Contas

No ano de 2021, a DECO desenvolveu internamente todas as tarefas administrativas necessárias, incluindo o processamento de vencimentos e respetivos impostos, assim como o processamento das vendas, com exceção do tratamento contabilístico e do trabalho realizado pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que continua a auditar as suas contas.

O ano de 2021 não apresentou também novidades de carácter contabilístico, final ou declarativo, pelo que não se verificaram mudanças substanciais nos métodos de trabalho contabilístico e na apresentação de Resultados

Resultado do Exercício

A Associação apresentou em 2021 um Resultado Líquido do Exercício no valor de -365.869,50 €, o que em comparação com o Resultado Líquido do Exercício de 2020, de -185.348,38 €, corresponde a uma diferença de -180.521,12 €. O Resultado Líquido do Exercício incorpora o reconhecimento contabilístico de 25% dos resultados da participada Decoproteste, o que em 2021 correspondeu a um valor negativo de 397.175,41 €.

O resultado líquido negativo advém das perdas da participada Decoproteste, tendo-se verificado que os proveitos com origem nas quotizações acentuaram a tendência de perda global dos últimos exercícios, correspondentes a 2.261.542,31 €, em 2021, face a 2.446.672,28 €, em 2020.

Saliente-se também que a cobertura do prejuízo da participada Decoproteste não é exigível à Associação, assim como, não se verifica a distribuição de dividendos quando se obtêm resultados positivos, uma vez que, aqueles são inteiramente e continuamente aplicados em ações a favor dos consumidores.

Assim sendo, o resultado negativo da Associação durante o ano de 2021 foi integralmente refletido nos seus capitais próprios, tendo-se simultaneamente verificado o aumento do Passivo que passou de 689.557,17 €, em 2020, para 738.517,21 €, em 2021, essencialmente em virtude do respetivo aumento nas contas dos projetos.

Fundos Patrimoniais

O resultado líquido inclui o impacto negativo associado à percentagem de participação sobre os resultados negativos da participada Decoproteste relativos ao exercício de 2021, no valor de -397.175,41 €, decorrente da aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) para a referida participação financeira.

Assim os Capitais Próprios passaram de 4.161.032,90 €, em 2020, para 3.795.163,40 €, em 2021.

Despesas do Exercício

No que respeita a Despesas do Exercício continuou a verificar-se uma diminuição de algumas das Despesas Correntes, em resultado da persistência do confinamento que a crise pandémica provocada pela doença COVID – 19 determinou, tal como ilustram as variações dos gastos com comunicações, despesas de representação, limpeza, higiene e conforto e produtos alimentares, entre outros.

Em sentido contrário, refira-se, porém, o aumento em despesas com publicidade, prémios e patrocínios, todas relacionadas com a reativação das atividades inerentes à execução dos projetos, não obstante a situação pandémica e o decorrente confinamento continuamente observado em 2021.

10. Relatório de contas

Em sentido contrário, refira-se, porém, o aumento em despesas com publicidade, prémios e patrocínios, todas relacionadas com a reativação das atividades inerentes à execução dos projetos, não obstante a situação pandémica e o decorrente confinamento continuamente observado em 2021.

A reativação dos projetos, explica também o aumento dos gastos com taxas e impostos, atendendo essencialmente aos pagamentos do IVA – com um expressivo valor não dedutível – em função do aumento das respetivas despesas e da respetiva base de incidência.

Saliente-se, por último, o aumento em despesas com o contencioso, relacionadas com o pagamento das custas de parte decorrentes do indeferimento da ação judicial interposta contra o BES, muito embora, tenham entretanto sido objeto de reclamação.

Despesas Correntes Relevantes	2021	2020	Diferença
Água, Eletricidade e Combustíveis	19 834,59 €	18 611,44 €	1 223,15 €
Comunicações	31 845,46 €	48 809,03 €	-16 963,57 €
Rendas, alugueres e condomínios	53 651,63 €	47 813,72 €	5 837,91 €
Despesas de representação	48 298,52 €	63 168,75 €	-14 870,23 €
Assistência Técnica e reparações	26 155,58 €	25 282,26 €	873,32 €
Licenças de software e digital	126 712,63 €	133 279,11 €	-6 566,48 €
Contabilidade e Auditoria	28 878,05 €	28 970,55 €	-92,50 €
Publicidade e outros serviços	18 267,71 €	3 390,72 €	14 876,99 €
Materiais, ferramentas e outros	15 938,15 €	16 575,22 €	-637,07 €
Serviços bancários, seguros e contencioso	32 943,73 €	11 617,89 €	21 325,84 €
Limpeza, higiene e conforto	19 468,69 €	27 099,10 €	-7 630,41 €
Produtos alimentares	3 237,69 €	5 932,01 €	-2 694,32 €
Prémios e patrocínios	10 883,41 €	8 818,66 €	2 064,75 €
Outros serviços	3 186,24 €	7 849,91 €	-4 663,67 €
Taxas e Impostos	88 570,67 €	79 732,27 €	8 838,40 €
TOTAL DESPESAS CORRENTES RELEVANTES	527 872,75 €	526 950,64 €	922,11 €

10. Relatório de contas

Os Ativos Fixos (Imobilizado)

Quanto ao Imobilizado, as variações positivas refletem incrementos resultantes de processos aquisitivos considerados necessários para uma eficiente prossecução das atividades da Associação, designadamente em equipamento informático e programas de computador.

Ativos Fixos (Imobilizado)	2021	2020	Diferença
Terrenos e edifícios	3 404 018,73 €	3 404 018,73 €	0,00 €
Mobiliário	166 919,37 €	166 919,37 €	0,00 €
Equipamento informático	177 249,62 €	162 226,47 €	15 023,15 €
Programas de computador	173 106,73 €	168 785,96 €	4 320,77 €
Equipamento de comunicação	35 070,78 €	35 070,78 €	0,00 €
Equipamento básico	64 469,79 €	64 429,15 €	40,64 €
Equipamento diverso	32 223,44 €	32 223,44 €	0,00 €
TOTAL ATIVOS FIXOS	4 053 058,46 €	4 033 673,90 €	19 384,56 €

Custos com o Pessoal

No ano de 2021 registaram-se algumas variações quanto aos custos com o Pessoal e no total das despesas daí decorrentes, verificando-se um incremento de custos do pessoal do quadro em 23.572,17 €.

Para além do generalizado, ainda que moderado, aumento salarial, observável nas variações dos gastos com vencimentos, cumpre salientar o aumento dos gastos com prémios e gratificações diversas, associado à atribuição de prémios de desempenho decorrentes do resultado da avaliação de desempenho de 2020 e o aumento dos gastos com os subsídios de férias, relacionado com o pagamento de proporcionais

vencidos em razão da cessação de vários contratos de trabalho.

Verificou-se, porém, uma significativa diminuição em outros custos com o pessoal, resultante da especialização dos encargos com férias e prémios, não obstante o incremento dos gastos em formação profissional.

Saliente-se, por último, o expressivo aumento em avenças e honorários, decorrente, entre outros, da referida reativação do desenvolvimento das atividades no âmbito dos projetos e do pagamento de honorários a advogados no âmbito da ação judicial interposta contra o BES.

Custos com Pessoal	2021	2020	Diferença
Vencimentos	1 140 742,35 €	1 133 852,02 €	6 890,33 €
Subsídios de refeição	124 985,01 €	124 493,37 €	491,64 €
Subsídios de Natal e Férias	191 024,96 €	176 178,22 €	14 846,74 €
Abonos para falhas	1 929,12 €	1 777,53 €	151,59 €
Prémios e gratificações diversas	48 141,56 €	25 895,98 €	22 245,58 €
Encargos Sociais	311 026,08 €	299 332,19 €	11 693,89 €
Seguro acidentes trabalho	6 908,53 €	7 243,11 €	-334,58 €
Seguros de saúde	36 746,97 €	34 203,68 €	2 543,29 €
Medicina no trabalho	3 587,48 €	3 835,13 €	-247,65 €
Indemnizações e compensações	2 495,72 €	1 147,98 €	1 347,74 €
Outros custos com pessoal	15 594,31 €	51 650,71 €	-36 056,40 €
TOTAL CUSTOS PESSOAL QUADRO	1 883 182,09 €	1 859 609,92 €	23 572,17 €
Avenças e honorários	90 179,09 €	60 182,89 €	29 996,20 €
TOTAL CUSTOS COM PESSOAL	1 973 361,18 €	1 919 792,81 €	53 568,37 €

10. Relatório de contas

Contas de Proveitos

As contas de Proveitos registam algumas alterações significativas em comparação com o ano anterior, designadamente quanto às quotizações dos associados, verificando-se uma relevante diminuição de 185.129,97 €, em virtude do acentuar da tendência de diminuição do número de associados nos últimos anos.

Quanto aos projetos, saliente-se, uma vez mais, que a contabilização das receitas é efetuada durante todo o período em que os projetos decorrem, o que pode determinar que os proveitos contabilizados acabem por não corresponder aos recebimentos efetivos, uma vez que, aqueles apenas são considerados no mesmo período em que ocorrem as respetivas despesas, tendo-se registado um decréscimo de 12.381,48 € nas receitas dos projetos nacionais e um acréscimo de 5.378,24 € nas receitas dos projetos comunitários, conforme exposto no quadro infra.

Relativamente às receitas das ações de formação, verificou-se um muito expressivo incremento, em virtude da execução do protocolo celebrado com a Euroconsumers - AISBL, tendo em vista a conceção, desenvolvimento e implementação de ações de formação sobre os direitos digitais do consumidor e cibersegurança.

Por último, quanto ao conjunto de receitas provenientes de senhas de presença, atendimentos e protocolos, apesar do regime de confinamento que se continuou a observar e da adoção obrigatória do teletrabalho por largos períodos de tempo durante 2021, verificou-se um incremento global de 16.564,15 €.

Quotas de Associados	2021	2020	Diferença
Quotas de associados	2 261 542,31 €	2 446 672,28 €	-185 129,97 €
TOTAL QUOTAS DE ASSOCIADOS	2 261 542,31 €	2 446 672,28 €	-185 129,97 €

Outras receitas	2021	2020	Diferença
Projetos nacionais	111 605,90 €	123 987,38 €	-12 381,48 €
Projetos comunitários	191 232,08 €	185 853,84 €	5 378,24 €
Ações de formação	182 528,00 €	7 650,40 €	174 877,60 €
Senhas de presença	21 583,20 €	17 955,00 €	3 628,20 €
Atendimentos	17 294,45 €	14 845,83 €	2 448,62 €
Protocolos com Câmaras Municipais	160 215,11 €	149 727,78 €	10 487,33 €
TOTAL OUTRAS RECEITAS	684 458,74 €	500 020,23 €	184 438,51 €

Proposta de Aplicação de Resultados

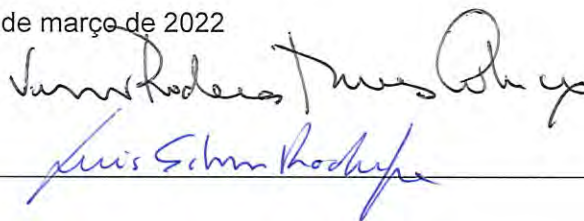
O Resultado Líquido do Exercício é de -365 869,50 €. Propõe-se a transferência para Resultados Transitados no montante de -365 869,50 €.

Considerações Finais

A Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor – DECO tem a sua situação fiscal totalmente regularizada, sendo que todos os impostos e contribuições para a Segurança Social estão integralmente pagos e em dia. O processamento de salários e pagamento de impostos é efetuado por pessoal interno e a contabilidade é assegurada por um Contabilista Certificado externo. As suas Contas são analisadas pelo Conselho Fiscal e auditadas e certificadas por um Revisor Oficial de Contas, conforme parecer e certificação que se anexam ao presente relatório.

Lisboa, 31 de março de 2022

A Direção



III. Demonstração de Resultados Financeiros



Verifique os Resultados
Financeiros da DECO



BALANÇO INDIVIDUAL

31 DE DEZEMBRO DE 2021



RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2021	2020
ACTIVO			
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis	8	2.572.134,68 €	2.625.597,63 €
Propriedades de investimento		0,00 €	0,00 €
Goodwill		0,00 €	0,00 €
Activos intangíveis	7	33.128,72 €	39.557,06 €
Activos biológicos		0,00 €	0,00 €
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	9	750.097,70 €	1.147.273,11 €
Participações financeiras - outros métodos		0,00 €	0,00 €
Fundadores/Beneméritos/Associados		0,00 €	0,00 €
Outros activos financeiros		11.101,83 €	7.751,42 €
Activos por impostos diferidos		0,00 €	0,00 €
		3.366.462,93 €	3.820.179,22 €
Activo corrente:			
Inventários	10	0,00 €	0,00 €
Activos biológicos			
Clientes	13.2	19.368,93 €	14.374,75 €
Adiantamentos a fornecedores	13.2	2.050,00 €	0,00 €
Estado e outros entes publicos	13.3	0,00 €	0,00 €
Fundadores/Beneméritos/Associados	13.2	186.889,25 €	194.498,23 €
Outras contas a receber	13.2	50.279,88 €	40.746,42 €
Diferimentos	13.4	31.701,90 €	30.779,65 €
Activos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros			
Activos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários	13.5	876.927,72 €	750.011,80 €
		1.167.217,68 €	1.030.410,85 €
Total do Activo		4.533.680,61 €	4.850.590,07 €

BALANÇO INDIVIDUAL

31 DE DEZEMBRO DE 2021

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2021	2020
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais:			
Fundos	13.7	49.879,79 €	49.879,79 €
Excedentes Técnicos			
Reservas legais			
Outras reservas			
Resultados transitados	13.7	2.973.752,00 €	3.159.100,38 €
Ajustamentos em activos financeiros	13.7	1.137.401,11 €	1.137.401,11 €
Outras variações nos fundos patrimoniais			
		4.161.032,90 €	4.346.381,28 €
Resultado líquido do período	13.7	-365.869,50 €	-185.348,38 €
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		3.795.163,40 €	4.161.032,90 €
Passivo :			
Passivo não corrente:			
Provisões			
Financiamentos obtidos	13.6	15.828,83 €	33.009,14 €
Passivos por Impostos Diferidos		0,00 €	0,00 €
Outras contas a pagar			
		15.828,83 €	33.009,14 €
Passivo corrente:			
Fornecedores	13.2	24.079,13 €	26.781,11 €
Estado e outros entes publicos	13.3	79.522,19 €	72.858,54 €
Fundadores/Beneméritos/Associados	13.2	715,75 €	193,10 €
Financiamentos obtidos	13.6	17.186,01 €	17.108,20 €
Outras contas a pagar	13.2	549.719,30 €	485.052,15 €
Diferimentos	13.4	51.466,00 €	54.554,93 €
Outros passivos financeiros		0,00 €	0,00 €
		722.688,38 €	656.548,03 €
TOTAL DO PASSIVO		738.517,21 €	689.557,17 €
Total do Capital Próprio e do Passivo		4.533.680,61 €	4.850.590,07 €




José Silva Rodrigues

José Marinheiro Leal

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA A DEFESA DO CONSUMIDOR - DECO

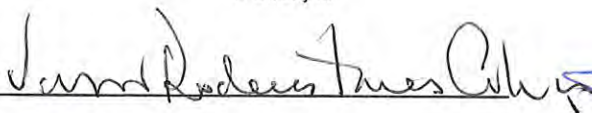
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZA

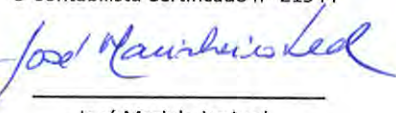
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados		433.412,47 €	192.294,24 €
Quotizações de Associados		2.261.542,31 €	2.446.672,28 €
Subsídios à exploração e Projectos		302.837,98 €	309.841,22 €
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias e associadas	6 e 9	-397.175,41 €	-215.442,77 €
Variação nos inventários da produção		0,00 €	0,00 €
Trabalhos para a própria entidade		0,00 €	0,00 €
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	0,00 €	0,00 €
Fornecimentos e serviços externos		-529.481,17 €	-507.401,26 €
Gastos com o pessoal		-1.885.105,59 €	-1.859.609,92 €
Ajustamento de inventários (perdas/reversões)	10	0,00 €	0,00 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		490,00 €	123,00 €
Provisões (aumentos/reduções)		0,00 €	0,00 €
Imparidade de investim. não depreciáveis/amortiz.(perdas/reversões)		0,00 €	0,00 €
Aumentos/reduções de justo valor		0,00 €	0,00 €
Outros rendimentos e ganhos		5.076,30 €	29.838,20 €
Outros gastos e perdas		-467.861,96 €	-505.536,13 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		-276.265,07 €	-109.221,14 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7 e 8	-79.275,85 €	-71.889,82 €
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortiz.(perdas/reversões)		0,00 €	0,00 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-355.540,92 €	-181.110,96 €
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00 €	0,00 €
Juros e gastos similares suportados		-102,91 €	-272,61 €
Resultado antes de impostos		-355.643,83 €	-181.383,57 €
Imposto sobre o rendimento do período	13.3	-10.225,67 €	-3.964,81 €
Resultado líquido do período		-365.869,50 €	-185.348,38 €

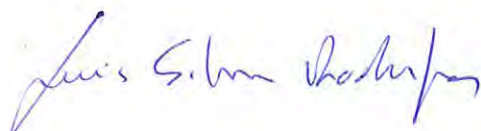
A Direcção

O Contabilista Certificado nº 21944





José Marinheiro Leal



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA A DEFESA DO CONSUMIDOR - DECO

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados		2.694.954,78 €	2.638.966,52 €
Custos das vendas e dos serviços prestados		0,00 €	0,00 €
Resultado bruto		2.694.954,78 €	2.638.966,52 €
Outros rendimentos		308.404,28 €	339.802,42 €
Gastos de distribuição		-261.994,20 €	-246.470,63 €
Gastos administrativos		-1.014.387,79 €	-954.283,73 €
Gastos de investigação e desenvolvimento		-335.890,00 €	-315.987,99 €
Outros gastos		-1.746.627,99 €	-1.643.137,55 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-355.540,92 €	-181.110,96 €
Gastos de financiamento (líquidos)		-102,91 €	-272,61 €
Resultados antes de impostos		-355.643,83 €	-181.383,57 €
Imposto sobre o rendimento do período		-10.225,67 €	-3.964,81 €
Resultado líquido do período		-365.869,50 €	-185.348,38 €

A Direcção

Luís Silva Rodrigues

O Contabilista Certificado nº 21944

José Marinho Leal

José Marinho Leal

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA A DEFESA DO CONSUMIDOR - DECO

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		2.515.366,72 €	2.579.271,59 €
Pagamentos a fornecedores		-603.599,95 €	-589.528,63 €
Pagamentos ao pessoal		-1.150.992,36 €	-1.109.186,24 €
Caixa gerada pelas operações		760.774,41 €	880.556,72 €
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-3.964,81 €	-13.595,89 €
Outros recebimentos/pagamentos		-632.072,83 €	-778.633,03 €
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		124.736,77 €	88.327,80 €
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		15.063,79 €	2.584,90 €
Activos intangíveis		4.320,77 €	576,91 €
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		0,00 €	0,00 €
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		19.384,56 €	3.161,81 €
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realização de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-17.102,50 €	-17.022,10 €
Juros e gastos similares		-102,91 €	-251,82 €
Dividendos			
Reduções de fundos			
Outras operações de financiamento		0,00 €	0,00 €
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-17.205,41 €	-17.273,92 €
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		126.915,92 €	74.215,69 €
Efeito das diferenças de câmbio		0,00 €	0,00 €
Caixa e seus equivalentes no início do período		750.011,80 €	675.796,11 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		876.927,72 €	750.011,80 €

A Direcção

João Silva Rodolfo
João Silva Rodolfo

O Contabilista Certificado nº 21944

José Marinheiro Leal
 José Marinheiro Leal

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA A DEFESA DO CONSUMIDOR - DECO

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO FINDO EM 31-12-2021

DESCRICÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações dos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO		49.879,79 €	0,00 €	0,00 €	3.159.100,38 €	1.137.401,11 €	0,00 €	0,00 €	-185.348,38 €	4.161.032,90 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adopção de novo referencial contabilístico										0,00 €
Alterações de políticas contabilísticas										0,00 €
Diferenças conversão demonstrações financeiras										0,00 €
Realização excedente de revalorização activos fixos					0,00 €					0,00 €
Excedentes de revalorização de activos fixos					-185.348,38 €	0,00 €			185.348,38 €	0,00 €
Ajustamentos por impostos diferidos										0,00 €
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		0,00 €	0,00 €	0,00 €	-185.348,38 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	185.348,38 €	0,00 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO										
									-365.869,50 €	-365.869,50 €
RESULTADO EXTENSIVO										
									-180.521,12 €	-365.869,50 €
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO										
Fundos										0,00 €
Subsídios, doações e legados										0,00 €
Outras operações										0,00 €
		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO		49.879,79 €	0,00 €	0,00 €	2.973.752,00 €	1.137.401,11 €	0,00 €	0,00 €	-365.869,50 €	3.795.163,40 €

A Direcção

Vanda Rodrigues
Luís Silva Rodrigues

O Contabilista Certificado nº 21944

José Marinheiro Leal
José Marinheiro Leal

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA A DEFESA DO CONSUMIDOR - DECO

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO FINDO EM 31-12-2020

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações dos fundos patrimoniais		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO		49.879,79 €			3.422.653,78 €	1.137.401,11 €	0,00 €	0,00 €	-263.553,40 €	4.346.381,28 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adopção de novo referencial contabilístico					0,00 €					0,00 €
Alterações de políticas contabilísticas					-263.553,40 €	0,00 €				0,00 €
Diferenças conversão demonstrações financeiras										0,00 €
Realização excedente de revalorização activos fixos										0,00 €
Excedentes de revalorização de activos fixos										0,00 €
Ajustamentos por impostos diferidos										0,00 €
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		0,00 €	0,00 €	0,00 €	-263.553,40 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	263.553,40 €	0,00 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO									-185.348,38 €	-185.348,38 €
RESULTADO EXTENSIVO									78.205,02 €	-185.348,38 €
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO										
Fundos		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subsídios, doações e legados										0,00 €
Outras operações										0,00 €
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO		49.879,79 €	0,00 €	0,00 €	3.159.100,38 €	1.137.401,11 €	0,00 €	0,00 €	-185.348,38 €	4.161.032,90 €

A Direcção
Vasco Pereira
João Silva Rodrigues

O Contabilista Certificado nº 21944
João Martinheiro Leal
 José Martinheiro Leal

ANEXO

1. Identificação da entidade

INTRODUÇÃO

A ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA A DEFESA DO CONSUMIDOR-DECO, NIF 500927693, é uma Associação constituída em 12-02-1974, tendo sede em Lisboa, na Rua de Artilharia Um, 70 - 4º, 1269-160 Lisboa, e com Delegações em Viana do Castelo, Porto, Coimbra, Santarém, Évora, Faro e na Região Autónoma da Madeira, exercendo a atividade de Associação sem fins lucrativos pela defesa dos direitos e dos legítimos interesses dos consumidores em geral.

Encontra-se registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob a Matricula nº 500927693 e com o Fundo Associativo de 49.879,89 euros.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Enquadramento:

As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-lei nº 98/2015 de 2 de junho, e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC) e a Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo - ESNL de acordo com o Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de março e a Portarias nºs 105/2011 de 14 de março e o Aviso nº 8254/2015, de 29 de julho.

2.2. Adoção pela primeira vez das NCRF-ESNL divulgação transitória:

Em 31 de dezembro de 2010, a preparação destas demonstrações financeiras foi efetuada de acordo com o SNC. O período de 2009, apresentado para efeitos comparativos, foi reexpresso de forma a estar de acordo com o SNC. Os ajustamentos de transição, com efeitos a 1 de janeiro de 2009, foram efetuados de acordo com a NCRF 3 - Adoção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro e foram registados em resultados transitados, ou, se apropriado, noutro item do Fundo associativo, conforme estabelece esta norma.

Em 2012 e 2016 foram regularizadas as normas da NCRF-ESNL não havendo necessidade de se proceder a quaisquer correções ou ajustamentos pelo que os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2011 foram comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do exercício de 2012.

2.3. - Reconciliação do Fundo associativo

Não foi necessário proceder a qualquer ajustamento ou reconciliação

3- Principais políticas contabilísticas

3.1. - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a) Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao ativo fluam para a Entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

Os ativos sem vida útil definida não estão sujeitos a amortização, mas são objeto de testes de imparidade anuais.

As despesas de desenvolvimento são reconhecidas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar o seu uso e para as quais é provável que o ativo criado venha a gerar benefícios futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gastos do exercício em que são suportadas.

As amortizações de um ativo intangível com vida útil finita são calculadas, após a data de início de utilização, de acordo com o modelo de consumo dos benefícios económicos. Quando o referido modelo não puder ser determinada, após o início de utilização dos bens, utiliza-se o método de linha reta em conformidade com período de vida útil estimado, tendo em consideração o valor residual.

b) Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. As depreciações destes ativos são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas máximas definidas na Portaria 737/81, de 29 de Agosto para bens adquiridos antes de 1 de janeiro de 1989, no Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de Janeiro para bens adquiridos entre 1 de janeiro de 1989 e 31 de dezembro de 2009 e no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de setembro para bens adquiridos após 1 de janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

c) Custos de Empréstimos Obtidos

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos. De qualquer modo não foram celebrados novos contratos de empréstimos que exigissem a sua capitalização e integração nos custos de aquisição, construção ou produção de um novo ativo.

d) Propriedades de Investimento

A Associação não possui ativos fixos tangíveis classificados como propriedades de investimento destinados a valorização do capital ou à obtenção de rendas.

e) Investimentos em Associadas

Os investimentos em entidades conjuntamente controladas e associadas (participações superiores a 20%) são registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido para o valor correspondente à proporção do Capital próprio dessas entidades, reportados à data de aquisição ou de primeira aplicação do método de equivalência patrimonial.

Quando a entidade associada apresenta Capital próprio negativo ou nulo o investimento é registado por valor nulo.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, os investimentos são ajustados anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos dessa entidades por contrapartida de ganhos ou perdas do período.

f) Inventários

As mercadorias são valorizadas ao custo médio de aquisição.

g) Impostos sobre o Rendimento

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Associação de acordo com as regras fiscais em vigor. O imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos apenas quando existem expectativas razoáveis de obtenção de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efetuado um recálculo desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são reconhecidos como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em Fundos, situação em que o imposto diferido é também relevado na mesma rubrica.

h) Instrumentos Financeiros

Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registados pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas Clientes, Fornecedores, Outras contas a receber e a pagar e Diferimentos.

Caixa e Depósitos Bancários

Os montantes incluídos na rubrica Caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor. Os descobertos bancários, a existirem, são apresentados no Balanço, no Passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

i) Benefícios dos trabalhadores

A Associação atribui os seguintes benefícios aos trabalhadores:

Benefícios a curto prazo: salários, subsídios de alimentação, diuturnidades, abonos para falhas de caixa, contribuições para a segurança social, gratificações por desempenho e seguros de saúde. Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o trabalhador prestou o serviço.

A contabilização dos gastos com as contribuições é efetuada no mesmo momento em que os empregados prestam serviço, não existindo outras responsabilidades para a Associação.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

Na preparação das Demonstrações financeiras a Direção baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando determinadas pressupostos relativos a eventos futuros.

As Demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a Associação necessidade ou intenção de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

4 - FLUXOS DE CAIXA

4.1. - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Descrição	Conta	Montante	Observações
Caixa - Sede		2 249,04	
Caixa - D.R. Viana Castelo		80,48	
Caixa - D.R. Norte		107,81	
Caixa - D.R. Coimbra		313,88	
Caixa - D.R. Santarém		96,74	
Caixa - D.R. Évora		51,05	
Caixa - D.R. Faro		148,11	
Caixa - D.R. Madeira		1 208,60	
Caixa - Coroa - Dinamarca		13,39	
Caixa - Leves - Bulgária		40,22	
Total de Caixa		4 309,32	
B.P.I. - Coimbra	5-5114621.000.001	19 490,60	
B.P.I. - Évora	6-6755043.000.001	122 695,02	
B.P.I. - Faro	8-5110574.000.001	64 376,20	
B.P.I. - Lisboa	9-5029985.000.001	448 159,99	
B.P.I. - Porto	0-5104795.000.001	105 978,26	
B.P.I. - Santarém	5-2563685.000.001	46 141,05	
B.P.I. - Viana do Castelo	0-5117885.000.001	21 776,38	
Banco BIC	60454231.10.001	0,00	
Banco BIC - Dep. Prazo	60454231.10.001	0,00	
Banco Popular - Dep Prazo	0027670000707	0,00	
Banco Popular - Lisboa	0020600031123	0,00	
Abanca - Lisboa	00413027101.35	5 395,96	
BNP Paribas - Lisboa	001090703040169	5 647,96	
Millenium - Dep. Prazo	108184586	0,00	
Millenium - Lisboa	108184586	24 679,53	
Millenium - Lisboa	580194597	8 277,45	
Millenium - Porto	3480248999	0,00	
Total de Depós. Bancários		872 618,40	

5 - POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:

5.1 - Aplicação inicial da disposição da NCRF-ESNL com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou com possíveis efeitos em períodos futuros:

Nada a assinalar

6 - PARTES RELACIONADAS

6.1. - Natureza do relacionamento com as partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a Associação detinha as seguintes participações em entidades associadas:

Entidades Associadas	Sede	% de Participação	
		2021-12-31	2020-12-31
DECOPROTESTE - Editores, Lda	Av.Eng ^o Arantes de Oliveira, 13 -1 ^o B - 1900-221 Lisboa	25%	25%

6.2.- Transações e saldos pendentes

- i) Quantia das transações: 50 221,65€
- ii) Quantia dos saldos pendentes:148 696,64€

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos e as transações efetuadas com partes relacionadas são os seguintes:

Em: 31-12-2021							
Empresas Associadas	Inventários		Ativos Fixos		Outras Contas	Serviços	
	Compras	Vendas	Compras	Vendas		Obtidos	Prestados
DecoProteste-Editores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50 221,65
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50 221,65

Em: 31-12-2020							
Empresas Associadas	Inventários		Ativos Fixos		Outras Contas	Serviços	
	Compras	Vendas	Compras	Vendas		Obtidos	Prestados
DecoProteste-Editores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74 000,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74 000,00

7 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos fixos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, deduzido das amortizações e de perdas por imparidade.

As depreciações destes ativos são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas máximas definidas na Portaria 737/81, de 29 de agosto para bens adquiridos antes de 1 de Janeiro de 1989, no Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de janeiro para bens adquiridos entre 1 de janeiro de 1989 e 31 de dezembro de 2009 e no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de setembro para bens adquiridos após 1 de janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

O processo de depreciação inicia-se no começo do exercício em que o respetivo bem entrou em funcionamento e as taxas de depreciação correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Programas de computador: 3 anos

Ativos Fixos Intangíveis	2020-12-31	Adições	Alienações	Ativos det. para venda	Outras Alterações	2021-12-31
Descrição						
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	143 895,96	4 320,77	0,00	0,00	24 890,00	173 106,73
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos em Curso - A.Intangíveis	24 890,00	0,00	0,00	0,00	-24 890,00	0,00
Ativo intangível bruto	168 785,96	4 320,77	0,00	0,00	0,00	173 106,73
Amortizações acumuladas	129 228,90	10 749,11	0,00	0,00	0,00	139 978,01
Perdas por imparidade e reversões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações acumuladas	129 228,90	10 749,11	0,00	0,00	0,00	139 978,01
Ativo intangível líquido	39 557,06	-6 428,34	0,00	0,00	0,00	33 128,72

8 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, deduzido das depreciações e de perdas por imparidade.

As depreciações destes ativos são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas máximas definidas na Portaria 737/81, de 29 de agosto para bens adquiridos antes de 1 de janeiro de 1989, no Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de janeiro para bens adquiridos entre 1 de janeiro de 1989 e 31 de dezembro de 2009 e no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de setembro para bens adquiridos após 1 de janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

O processo de depreciação inicia-se no começo do exercício em que o respetivo bem entrou em funcionamento e as taxas de depreciação correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Edifícios e outras construções: 50 anos

Equipamento básico: Entre 5 e 8 anos

Equipamento Administrativo: Entre 3 e 8 anos

Outros ativos fixos tangíveis: Entre 4 e 8 anos

Ativos Fixos Tangíveis	2020-12-31	Adições	Alienações	Transferências	Outras Alterações	2021-12-31
Descrição						
Terrenos ou recursos naturais	760 717,54	0,00	0,00	0,00	0,00	760 717,54
Edifícios e outras construções	2 643 301,19	0,00	0,00	0,00	0,00	2 643 301,19
Equipamento Básico	64 429,15	40,64	0,00	0,00	0,00	64 469,79
Equipam.Administrativo - Mobiliários	166 919,37	0,00	0,00	0,00	0,00	166 919,37
Equipam.Administrativo.- Informático	162 226,47	15 023,15	0,00	0,00	0,00	177 249,62
Equipam.Admin.- Eq.Comunicação	35 070,78	0,00	0,00	0,00	0,00	35 070,78
Outros Ativos Fixos Tangíveis	32 223,44	0,00	0,00	0,00	0,00	32 223,44
Ativos Fixos Tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo tangível bruto	3 864 887,94	15 063,79	0,00	0,00	0,00	3 879 951,73
Depreciações acumuladas	1 239 290,31	68 526,74	0,00	0,00	0,00	1 307 817,05
Perdas por imparidade e reversões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciações acumuladas	1 239 290,31	68 526,74	0,00	0,00	0,00	1 307 817,05
Ativo tangível líquido	2 625 597,63	-53 462,95	0,00	0,00	0,00	2 572 134,68

9 - INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

9.1. - A informação financeira das associadas disponível à data do Balanço resume-se como segue:

Entidades	Data do Relato	% da Participação	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Gastos	Rendimentos	Resultado Líquido
DecoProteste-Editores,Ld	31-12-2021	25%	13.541.754,81	13.541.363,96	3.000.390,85	51786.046,67	50.607.444,88	-1588.70162
DecoProteste-Editores,Ld	31-12-2020	25%	13.649.135,13	12.060.042,71	4.589.092,47	52.436.278,45	51278.748,01	-86177109

9.2. - Detalhes dos investimentos Financeiros:

Investimentos Financeiros	2021				
	Rubricas	Saldo Inicial	MEP	Reforço	Saldo Final
Investimentos em Subsidiárias					
DecoProteste-Editores, Lda	1.147.273,11	-397.175,41	0,00	750.097,70	
Outros investimentos financeiros					
FCT-Fundo Compensação de Trabalhador	7.751,42	0,00	3.350,41	11.101,83	
TOTAL	1.155.024,53	-397.175,41	3.350,41	761.199,53	

Investimentos Financeiros	2020				
	Rubricas	Saldo Inicial	MEP	Reforço	Saldo Final
Investimentos em Subsidiárias					
DecoProteste-Editores, Lda	1.362.715,88	-215.442,77	0,00	1.147.273,11	
Outros investimentos financeiros					
FCT-Fundo Compensação de Trabalhador	5.719,90	0,00	2.031,52	7.751,42	
TOTAL	1.368.435,78	-215.442,77	2.031,52	1.155.024,53	

10 - INVENTÁRIOS

10.1. - Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

As mercadorias são valorizadas ao custo médio de aquisição, incluindo as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

10.2. - Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

Inventários	Em 31-12-2021			Em 31-12-2020		
	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade	Quantia Líquida	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade	Quantia Líquida
Mercadorias	29 056,67	29 056,67	0,00	29 056,67	29 056,67	0,00
Matérias-primas, subsidiár.e consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamento por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	29 056,67	29 056,67	0,00	29 056,67	29 056,67	0,00

10.3. - Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

Movimentos	Mercadorias
Saldo Inicial	29 056,67
Compras	0,00
Regularizações	0,00
Saldo Final	29 056,67
Gastos no Exercício	0,00



10.4. - Quantia de ajustamento de inventários reconhecida como gasto durante o período

Em 31-12-2020					
Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo Final
Mercadorias	29 056,67	0,00	0,00	0,00	29 056,67
	29 056,67	0,00	0,00	0,00	29 056,67

Em 31-12-2021					
Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo Final
Mercadorias	29 056,67	0,00	0,00	0,00	29 056,67
	29 056,67	0,00	0,00	0,00	29 056,67

11 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela Direção e autorizadas para emissão em 31 de março de 2022, a fim de serem apresentadas em Assembleia Geral de Associados, marcada para o dia 26 de abril de 2022.

Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

12- IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Associação encontra-se sujeita parcialmente a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, nas operações não destinadas exclusivamente aos associados, nas operações que revelem carácter lucrativo (como por exemplo venda de livros e publicações) e todas as outras operações que estejam igualmente sujeitas ao Imposto sobre o valor acrescentado. A matéria coletável apurada em cada exercício está sujeita a uma taxa de 21,5%, estando totalmente isenta da taxa municipal de Derrama.

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Associação encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, nomeadamente despesas com aluguer de viaturas e com deslocações em viatura própria dos colaboradores, às taxas previstas no artº 88º do respetivo Código.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos

benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

A Direção entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

13 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

13.1. - Bases de mensuração e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros foram mensurados ao custo ou custo amortizado menos perdas imparidades acumuladas.

13.2 - Clientes/Fornecedores/Outras contas a receber e a pagar/Pessoal

Em 31 de dezembro de 2021 e em 2020 a rubrica de Clientes/Fornecedores/Outras contas a receber e a pagar e Pessoal apresentava a seguinte decomposição:

Clientes/Fornecedores/Outras Contas	Em 31-12-2021			Em 31-12-2020		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Ativos:						
Clientes	25 401,85	0,00	25 401,85	27 241,49	0,00	27 241,49
Adiantamento a Fornecedores	2 050,00	0,00	2 050,00	0,00	0,00	0,00
Fundadores/Beneméritos/Associados	186 889,25	0,00	186 889,25	194 498,23		194 498,23
Outras contas a receber	50 279,88	0,00	50 279,88	40 746,42	0,00	40 746,42
Perdas por Imparidade	-6 032,92	0,00	-6 032,92	-12 866,74	0,00	-12 866,74
Total do Ativo	258 588,06	0,00	258 588,06	249 619,40	0,00	249 619,40
Passivos:						
Fornecedores	24 079,13	0,00	24 079,13	26 781,11	0,00	26 781,11
Passivos por Impostos Diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundadores/Beneméritos/Associados	715,75	0,00	715,75	193,10	0,00	193,10
Outras contas a pagar	549 719,30	0,00	549 719,30	485 052,15	0,00	485 052,15
Total do Passivo	574 514,18	0,00	574 514,18	512 026,36	0,00	512 026,36
Total Líquido	-315 926,12	0,00	-315 926,12	-262 406,96	0,00	-262 406,96

Os projetos são registados apenas na medida dos gastos reais incorridos anualmente, independentemente do total do subsídio atribuído (exceto Projeto Sistestar e Projeto Net Viva & Segura que são reconhecidos diretamente), conforme se evidencia no seguinte mapa:

Rubricas	Executado no Exercício	Taxa de financiamento	Valor imputado	Saldo em: 2020-12-31	Adiantamentos /Pagamentos	Subsídios reconhecidos	Saldo em: 2021-12-31
Projetos							
SITESTAR	0,00	100%	0,00	0,00	0,00	57 800,00	0,00
Net Viva & Segura	0,00	100%	0,00	0,00	0,00	35 000,00	0,00
Os Mercados Digitais	0,00	80%	0,00	7 350,67	-2 514,76	0,00	4 835,91
Timor-Leste	53 239,18	100%	53 239,18	-49 083,93	-90 337,62	53 239,18	-86 182,37
ECO2	40 524,40	100%	40 524,40	-29 845,17	0,00	40 524,40	10 679,23
Brain Ideas	23 870,45	80%	19 096,35	-7 838,20	-11 040,00	18 878,20	0,00
Consumers GoGreen	23 521,54	80%	18 805,90	-8 768,84	-4 501,44	18 805,90	5 535,62
HARP	37 090,33	100%	37 090,33	-44 677,90	-7 787,50	37 090,33	-15 375,07
STEP	33 041,01	100%	33 041,01	-75 233,49	-18 231,25	33 041,01	-60 423,73
PSLifestyle	8 458,96	100%	8 458,96	0,00	-155 459,33	8 458,96	-147 000,37
Totais	219 745,87		210 256,13	-208 096,86	-289 871,90	302 837,98	-287 930,78

13.3 - Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Estado e outros entes públicos apresentava a seguinte decomposição:

Estado e outros Entes Públicos	Em 31-12-2021			Em 31-12-2020		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Ativos:						
Imposto sobre o rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Retenção de impostos s/rendimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto sobre o valor acrescentado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para a segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para outros regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras tributações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total do Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos:						
Imposto sobre o rendimento	10 225,67	0,00	10 225,67	3 964,81	0,00	3 964,81
Retenção de impostos s/rendimentos	18 742,50	0,00	18 742,50	20 296,28	0,00	20 296,28
Imposto sobre o valor acrescentado	11 107,93	0,00	11 107,93	7 715,54	0,00	7 715,54
Outros impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para a segurança social	39 139,90	0,00	39 139,90	40 593,64	0,00	40 593,64
Contribuições para outros regimes	306,19	0,00	306,19	288,27	0,00	288,27
Outras tributações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total do Passivo	79 522,19	0,00	79 522,19	72 858,54	0,00	72 858,54

13.4 – Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Diferimentos apresentava a seguinte decomposição:

Diferimentos	Em 31-12-2021			Em 31-12-2020		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Ativos:						
Gastos a reconhecer - Seguros	26 725,86	0,00	26 725,86	25 693,71	0,00	25 693,71
Gastos a reconhecer - Rendas antecipad	600,00	0,00	600,00	600,00	0,00	600,00
Gastos a reconhecer - Cauções	1 775,00	0,00	1 775,00	1 775,00	0,00	1 775,00
Gastos a reconhecer - Medicina Trabalho	2 601,04	0,00	2 601,04	2 710,94	0,00	2 710,94
Gastos a reconhecer - Outros gastos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total do Ativo	31 701,90	0,00	31 701,90	30 779,65	0,00	30 779,65
Passivos:						
Rendimentos a reconhecer - Quotas	51 466,00	0,00	51 466,00	54 554,93	0,00	54 554,93
Outros Rendimentos a Reconhecer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total do Passivo	51 466,00	0,00	51 466,00	54 554,93	0,00	54 554,93

13.5 – Caixa e Depósitos Bancários

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Caixa e Depósitos Bancários apresentava a seguinte decomposição:

Caixa e Depósitos Bancários	Em 31-12-2021			Em 31-12-2020		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Ativos:						
Caixa	4 309,32	0,00	4 309,32	5 203,75	0,00	5 203,75
Depósitos à ordem	872 618,40	0,00	872 618,40	744 808,05	0,00	744 808,05
Outros depósitos bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total do Ativo	876 927,72	0,00	876 927,72	750 011,80	0,00	750 011,80
Passivos:						
Caixa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos à ordem	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros depósitos bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total do Passivo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

13.6 – Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Financiamentos obtidos apresentava a seguinte decomposição:

Financiamentos obtidos	Em 31-12-2021			Em 31-12-2020		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Instituições de Crédito	17 186,01	15 828,83	33 014,84	17 108,20	33 009,14	50 117,34
Mercado de valores mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participantes de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsidiárias e associadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros financiadores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	17 186,01	15 828,83	33 014,84	17 108,20	33 009,14	50 117,34

13.7 - Fundos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Fundos Patrimoniais apresentava a seguinte decomposição:

FUNDO	Em	Em
Descrição	2021-12-31	2020-12-31
Fundo Associativo	49 879,79	49 879,79
Ações (quotas) próprias		
Outros instrumentos do Fundo associativo		
Prémios de emissão		
Reservas Legais		
Outras reservas		
Resultados transitados	2 973 752,00	3 159 100,38
Ajustamentos em ativos financeiros	1 137 401,11	1 137 401,11
Excedentes de revalorização		
Outras variações do Fundo		
Sub-total	4 161 032,90	4 346 381,28
Resultado líquido do exercício	-365 869,50	-185 348,38
Total	3 795 163,40	4 161 032,90

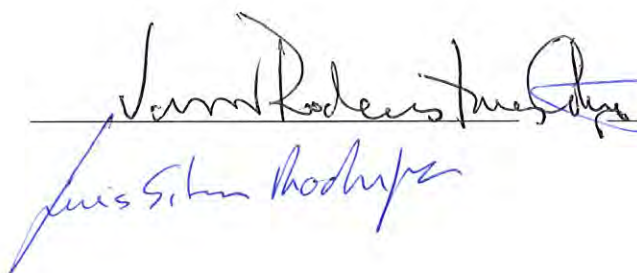
14 – INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS


A Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor-DECO informa, nos termos do Decreto-Lei 534/80 de 07 de novembro, que não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora. Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor-DECO informa que a sua situação perante a Segurança Social se encontra regularizada.

Lisboa, 31 de março de 2022

A Direção

O Contabilista Certificado nº 21944


José Silva Rodrigues


José Marinheiro Leal

IV. Certificação de Contas



Consulte o certificado
de Contas da DECO





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **DECO – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA A DEFESA DO CONSUMIDOR** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 4.533.681 euros e um total de fundos patrimoniais de 3.795.163 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 365.870 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **DECO – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA A DEFESA DO CONSUMIDOR** em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o



- risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
 - avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
 - concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
 - avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
 - comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é

coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Lisboa, 04 de abril de 2022

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por



Joaquim Oliveira de Jesus, ROC n° 1056,
Registado na CMVM sob o n° 20160668

V. Parecer do Conselho Fiscal



**Analise os Resultados
Financeiros da DECO**





RELATORIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2021

PARECER DO CONSELHO FISCAL

- 1- É da responsabilidade da Direção a preparação anual do Relatório de Atividades e demonstrações financeiras da Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor – DECO, apresentando de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Associação, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno ajustado.

- 2- A responsabilidade do Conselho Fiscal consiste em expressar uma opinião independente, baseada no exame do Relatório de Atividades, das demonstrações financeiras e, de um modo geral, do acompanhamento da atividade da Associação.

- 3- Assim, em cumprimento do disposto na alínea c) do artigo 14 dos Estatutos da DECO, procedeu este Conselho Fiscal ao exame da seguinte documentação:
 - a. Relatório de Atividades e Contas do ano de 2021, complementado com um anexo descritivo das principais referências e políticas contabilísticas que serviram à preparação das demonstrações financeiras e patrimoniais.
 - b. Demonstração individual dos resultados por natureza e por funções, demonstração individual de fluxos de caixa bem como a demonstração individual das alterações nos Fundos Patrimoniais, no período findo em 31 de dezembro de 2021.
 - c. Balanço individual reportado a 31 de dezembro de 2021.
 - d. Certificação legal das contas do ano de 2021 pelo ROC “Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda”.



- 4- A consulta do Relatório de Atividades do ano de 2021 e uma análise à documentação de suporte financeira proporcionaram ao Conselho Fiscal uma base consolidada para emissão do seu parecer.

- 5- No que diz respeito aos aspetos financeiros, regista-se uma estabilização das receitas totais (2.946 mil euros; variação de 0% face a 2020) e um ligeiro incremento dos custos totais (2.501 mil euros; variação de 2,2% face a 2020).
 - a. Ao nível das receitas, assinala-se, contudo, a degradação das receitas provenientes das quotizações dos associados. Em termos absolutos, assiste-se a uma diminuição de 7,5% (-185 mil euros) face ao ano transato e, em termos relativos, a uma redução do peso no total das receitas (83% e 76%, respetivamente para 2020 e 2021). Esta evolução está relacionada com uma redução do número de associados (volume aproximado de 318 mil no final do ano de 2021, o que representa uma descida de cerca de 10%). Dado a importância deste indicador para a base de suporte e representatividade da Associação, o Conselho Fiscal recomenda uma análise dos fatores que podem ajudar a explicar esta evolução.
 - b. Ao nível dos custos, o aumento das despesas com pessoal, incluindo avenças e honorários, está na base do ligeiro aumento registado, dado que as despesas correntes relevantes ficaram ao mesmo nível do ano de 2020 na continuação do clima e medidas de gestão dos efeitos da crise pandémica.

- 6- O Conselho fiscal anota um resultado líquido global do exercício de 2021 num valor negativo de 365.869,50€. Este saldo congrega o resultado, também negativo, associado à participação de 25% da participada “DECO PROTESTE, Editores Lda”, pelo método de equivalência patrimonial (MEP), no valor de 397.175,41€, salientando-se que não é exigível à Associação a cobertura dos prejuízos da participada.

- 7- Em termos sintéticos, o resultado líquido global do exercício acarreta naturalmente uma redução dos capitais próprios, assinalando-se, em paralelo, um aumento do passivo e um reforço, relevante, do nível de liquidez de curto prazo.



- 8- Sem prejuízo da caracterização global efetuada anteriormente, também se depreende dos resultados apurados que as atividades correntes da DECO apresentaram, em 2021, um saldo positivo de 31.305,91€. É, assim, o segundo ano consecutivo onde este indicador assume, embora de forma contida, uma dimensão positiva, facto que o Conselho fiscal assinala.

- 9- Quanto ao Relatório de Atividades do ano de 2021, evidencia-se a continuidade da aposta em meios (digitais) e iniciativas adequadas ao contexto singular e mudanças estruturantes que atravessámos, com uma orientação em ações temáticas ajustadas, mantendo o espírito, objetivos e missão da DECO.

- 10- O Conselho fiscal teve também conhecimento do numero anormal de saídas de colaboradores durante o ano de 2021, muitos dos quais com elevada senioridade, o que pode comprometer a capacidade da Associação para acomodar todos os seus desafios no curto prazo. Recomenda assim o Conselho fiscal um olhar particularmente atento a esta componente dos recursos humanos por forma a encontrar um adequado equilíbrio entre meios e objetivos.

- 11- O Conselho fiscal recomenda, finalmente, a manutenção de uma gestão prudencial dos ativos da associação dadas as repercussões do recente conflito armado entre a Ucrânia e a Rússia, com impactos já sentidos na conjuntura económica, bem como a (ainda) incerteza dos efeitos estruturantes decorrentes da crise pandémica (COVID-19), nas suas dimensões económica e social.

- 12- As demonstrações financeiras apresentadas pela Direção, referentes ao exercício de 2021, retratam, na opinião do Conselho Fiscal, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da DECO em 31 de dezembro de 2021, em conformidade com os princípios contabilísticos em vigor para Entidades do Setor Não Lucrativo.

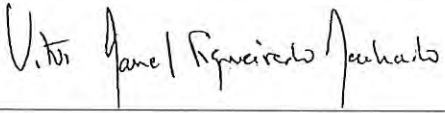

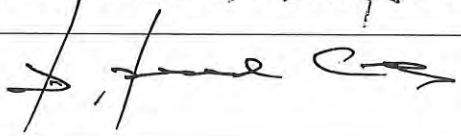


13- O Conselho Fiscal recomenda a aprovação do Relatório de Atividades e Contas de 2021, apresentados pela Direção, incluindo a proposta de transferência do resultado líquido apurado para a conta de “Resultados Transitados”.

14- O Conselho fiscal agradece a colaboração e regularidade da informação prestada pela DECO para o cumprimento das suas competências atribuídas estatutariamente.

LISBOA, 6 de ABRIL DE 2022

O CONSELHO FISCAL

Vitor Manuel Figueiredo Machado - Presidente	
Egídio Sacramento de Lima Ramos	
António José Amaral Gomes	

DECO

Associação Portuguesa para
a Defesa do Consumidor

Relatório & Contas

2021

Contacte-nos

deco@deco.pt

21 371 02 00